



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE PESSOAL
CENTRO DE SELEÇÃO, INGRESSO E ESTUDOS DE PESSOAL**

EDITAL Nº 044/CESIEP/2015

DIVULGA O GABARITO DEFINITIVO DA PROVA ESCRITA E PARECERES DOS RECURSOS SOBRE QUESTÕES DA MESMA PROVA, REFERENTE AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 014/CESIEP/2015, PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR (QPPM)

A Polícia Militar de Santa Catarina, juntamente com a empresa “Instituto o Barriga Verde”, por intermédio do Sr. Cel PM Presidente da Comissão de Concursos Públicos, no uso de suas atribuições,

Resolve:

1. Divulgar no Anexo I do presente edital o **gabarito definitivo** da Prova Escrita, referente ao Edital de Concurso Público nº 014/CESIEP/2015.
2. Divulgar no Anexo II do presente edital os pareceres dos recursos sobre as questões da Prova Escrita referente ao Edital de Concurso Público nº 014/CESIEP/2015.

Florianópolis/SC, 05 de maio de 2015.

JOÃO HENRIQUE SILVA
Coronel PM – Subcomandante-Geral
Presidente da Comissão de Concursos Públicos

ANEXO I

GABARITO DEFINITIVO

Obs.: "X" Questões anuladas.

Língua Portuguesa

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	C	B	A	D	C	D	A	D	C

Informática

11	12	13	14	15	16	17	18
C	B	A	D	B	A	C	C

Legislação Institucional

19	20	21	22	23	24	25	26
A	B	D	B	X	A	B	D

Noções de Direito Constitucional

27	28	29	30	31	32	33	34
A	C	D	X	B	A	B	C

Noções de Direito Penal Comum

35	36	37	38	39	40	41	42
B	D	A	C	D	C	A	B

Noções de Direito Processual Penal Comum

43	44	45	46	47	48	49	50
B	D	C	C	D	A	A	X

ANEXO II

DECISÃO DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA QUESTÕES DA PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO: 01

Candidatos recorrentes:

52132, 52424, 55815, 56949, 57287, 58702, 60549, 63900, 64926, 75247

Alegações: Em síntese os candidatos, não concordam com a resposta apresentada no gabarito preliminar, ora apontando “c” como correta, ora apontando a letra “d”, ou tão somente alegando que não possui alternativa a ser assinalada, alegando ainda que o conteúdo não consta do edital.

Resposta:

A primeira questão envolve conhecimento sintático e acuidade interpretativa. Retirada do texto: Apelo (de Dalton Trevisan), a frase: “às suas violetas na janela não lhes poupei água e elas murcham” traz em sua construção a repetição intencional e estilística de um termo da oração. É o termo que completa o sentido de um verbo transitivo indireto, o qual vem sempre regido de preposição.

Pergunta-se ao verbo “poupei”: o quê? Tem-se como resposta água (objeto direto). Volta-se ao verbo com a seguinte indagação: a quê? E se tem como resposta: “às suas violetas” (a crase indica a presença da preposição que antecede os objetos indiretos). Tal termo é repetido por um pronome oblíquo átono: lhes.

Atuam como objetos indiretos os pronomes: lhe, lhes, me te, se, nos, vos.

O objeto indireto pleonástico ocorre quando há uma repetição e intensificação do objeto indireto, para que seja mais expressivo, ou seja, quando o objeto indireto se encontra no início da oração, sendo repetido depois do verbo através de um pronome oblíquo.

Esse termo, pleonástico, que atua como uma qualidade do objeto indireto, vem de uma figura de linguagem denominada de **pleonasma**, recurso utilizado por quem escreve, cuja intenção é de conferir mais expressividade, tornar mais rico o discurso que profere.

Nesse sentido, o pleonasma consiste em intensificar o significado de um elemento, de uma expressão do texto por meio da repetição da ideia nele expressa.

A questão apresenta gabarito CORRETO e está de acordo com o conteúdo solicitado em edital.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. Novíssima Gramática Ilustrada. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 01 MANTIDA

QUESTÃO: 02

Candidatos recorrentes:

52103	52366	52987	53280	53912	54395	55324	56252	57496	57902	58599	59634	60620	61718
52104	52423	53012	53287	53937	54469	55395	56316	57517	57902	58601	59658	60620	61813
52104	52450	53020	53319	53966	54773	55401	56316	57527	58009	58695	59709	60708	61856
52121	52496	53022	53398	53972	54799	55410	56333	57527	58059	58702	59801	60822	61856
52133	52634	53025	53407	54012	54829	55614	56333	57554	58170	58727	60031	60872	61936
52170	52665	53056	53441	54023	54829	55672	56355	57554	58209	58944	60060	60926	62083
52178	52668	53057	53461	54102	54966	55817	56355	57593	58227	58980	60094	60987	62284
52186	52672	53058	53464	54114	55076	55895	56357	57593	58227	59033	60130	61044	62473
52194	52679	53058	53535	54127	55082	55903	56432	57703	58247	59047	60130	61195	62596
52231	52709	53082	53663	54137	55097	56108	56549	57719	58401	59054	60223	61195	62626
52287	52737	53157	53672	54149	55105	56160	56611	57740	58407	59349	60468	61318	62873
52295	52780	53219	53724	54279	55194	56199	56629	57780	58425	59435	60480	61366	62875
52306	52849	53231	53747	54338	55258	56199	57014	57785	58454	59435	60511	61411	62996
52329	52883	53241	53805	54395	55289	56241	57018	57822	58539	59604	60537	61433	63411
52353	52893	53255	53805	54395	55317	56252	57449	57891	58543	59608	60547	61695	64188

64282	64690	65015	65981	66520	67221	67951	68768	69588	70649	72044	72678	74319	75263
64296	64949	65225	66093	66686	67388	68443	69346	69912	71093	72131	72797	74564	75528
64323	64967	65466	66341	66717	67400	68716	69411	70157	71178	72339	73025	74715	
64514	64973	65490	66377	66930	67472	68722	69532	70181	71331	72496	73118	75015	
64671	65015	65978	66403	67068	67791	68767	69582	70460	71435	72535	73437	75247	

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que não há alternativa a ser assinalada, alegam que não foi sublinhado o termo corretamente, outros alegam ainda que o gabarito deve ser alterado para letra “B”.

Resposta:

A questão 2 exigiu do candidato conhecimento sintático no que tange à transitividade dos verbos: “Nem sempre o policial tem à sua disposição todos os meios necessários...”. Para se descobrir que tipo de termo era esse, bastava encontrar o verbo, neste caso específico: “tem”. Dever-se-ia perguntar ao verbo: tem o quê? **Todos os meios necessários.**

O verbo “ter” é transitivo direto, ou seja, pede complemento sem preposição. Por esta razão, o termo solicitado é um **OBJETO DIRETO**, resposta a um verbo transitivo direto.

Os verbos transitivos diretos são complementados por objetos diretos. Isso significa que não exigem preposição para o estabelecimento da relação de regência. Ao empregar esses verbos, deve-se lembrar que os pronomes oblíquos: **o, a, os, as** atuam como objetos diretos.

Esses pronomes podem assumir as formas **lo, los, la, las** (após formas verbais terminadas em **-r, -s** ou **-z**) ou **no, na, nos, nas** (após formas verbais terminadas em sons nasais), enquanto **lhe** e **lhes** são, quando complementos verbais, objetos indiretos.

São verbos transitivos diretos, dentre outros:

abandonar, abençoar, aborrecer, abraçar, acompanhar, acusar, admirar, adorar, alegrar, ameaçar, amolar, amparar, auxiliar, castigar, condenar, conhecer, conservar, convidar, defender, eleger, estimar, humilhar, namorar, ouvir, prejudicar, prezar, proteger, respeitar, socorrer, suportar, **ter**, ver, visitar...

Na língua culta, esses verbos funcionam exatamente como o verbo **amar**:

Amo aquele rapaz. / Amo-o.

Amo aquela moça. / Amo-a.

A questão apresenta gabarito CORRETO e está de acordo com o conteúdo solicitado em edital.

REFERÊNCIAS

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. *Novíssima Gramática Ilustrada*. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

Decisão INDEFERIDO QUESTÃO 02 MANTIDA

QUESTÃO: 03

Candidatos recorrentes:

52169	52424	53789	54829	55614	57593	58247	60060	60549	62875	64296	65160	74319
52264	52496	54102	55401	57449	58059	59658	60404	60750	63566	64802	66271	
52423	53335	54568	55591	57496	58210	59801	60511	61366	63809	64967	72339	

Alegações: Em síntese os candidatos apresentando suas razões, alegam que a questão possui duas alternativa corretas, ou seja “b” e “c”.

Resposta:

A questão 3 envolve conhecimento sobre transitividade verbal, mais especificamente, sobre verbos bitransitivos. Diz-se verbo BITRANSITIVO aquele que em determinados usos requer dois complementos: o objeto direto e o objeto indireto [Como o verbo *entregar*, no sentido de passar (algo) às mãos de (alguém): *Entregou o livro (obj. dir.) ao professor (obj. ind.)*]

[F.: *bi- + transitivo.*]

Na prova, a única alternativa que apresenta esta ocorrência é: “**Mandaram a documentação para a controladoria**”. Ao se identificar o verbo “mandar”, a ele se pergunta: mandaram o quê? A resposta é a documentação (objeto direto). Volta-se ao verbo e novamente uma pergunta é feita: para quem? A resposta é para a controladoria (objeto indireto).

A análise sintática tem como objetivo examinar a estrutura de um período e das orações que compõem um período. Em todas as outras alíneas desta questão, há somente um objeto.

O gabarito está CORRETO e o conteúdo solicitado está de acordo com o edital.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Gramática Pedagógica do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola, 2011.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. Novíssima Gramática Ilustrada. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 03 MANTIDA

QUESTÃO: 04

Candidatos recorrentes:

52539, 59033, 59604, 59787, 62083, 62544

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que não há alterantiva a ser assinalada, e ainda outros alegam que há mais de uma alterantiva correta “d e C”

Resposta:

A questão 4 se refere à flexão de adjetivos compostos. O adjetivo composto é aquele formado por dois ou mais elementos. Normalmente, esses elementos são ligados por hífen. Apenas o último elemento concorda com o substantivo a que se refere; os demais ficam na forma masculina, singular. Caso um dos elementos que formam o adjetivo composto seja um substantivo adjetivado, todo o adjetivo composto ficará invariável.

Por exemplo: a palavra *rosa* é originalmente um substantivo, porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Caso se ligue a outra palavra por hífen, formará um adjetivo composto; como é um substantivo adjetivado, o adjetivo composto inteiro ficará invariável.

Por exemplo:

Camisas rosa-claro.

Ternos rosa-claro.

Olhos verde-claros.

Calças azul-escuras e camisas verde-mar.

Telhados marrom-café e paredes verde-claras.

Azul-marinho, azul-celeste, ultravioleta e qualquer adjetivo composto iniciado por cor-de-... são sempre invariáveis.

Os adjetivos compostos surdo-mudo e pele-vermelha têm os dois elementos flexionados.

Portanto, o ERRO está em: “camisas azul-celestes”, pois o último elemento não poderia ser flexionado.

O gabarito está CORRETO e o conteúdo solicitado está de acordo com o edital.

REFERÊNCIAS

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. Novíssima Gramática Ilustrada. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf37.php>. Acesso no dia 01 de maio de 2015.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 04 MANTIDA

QUESTÃO: 05**Candidatos recorrentes:**

52103	52430	52737	53338	53865	54383	55322	56432	57382	59215	60511	62473	66341	69346
52104	52430	52784	53407	53871	54469	55395	56454	57449	59216	60542	62596	66975	69668
52119	52496	52859	53438	53912	54588	55401	56820	57496	59239	60545	62669	67400	69721
52121	52554	52875	53471	53954	54784	55510	56938	57593	59401	60609	62996	67667	71178
52129	52581	52893	53481	54012	54796	55546	56949	57759	59537	60926	63411	67791	71568
52133	52582	52978	53553	54073	54799	55752	57014	57785	59607	61044	63624	68039	71695
52186	52588	52994	53597	54077	54861	55752	57018	57822	59634	61062	64296	68155	72496
52229	52591	53022	53597	54114	54906	55803	57043	57891	59658	61318	64482	68200	72678
52231	52632	53025	53677	54149	54966	55895	57175	58009	60130	61411	64711	68206	72753
52306	52634	53100	53706	54197	55076	55903	57252	58164	60261	61578	64949	68354	73025
52329	52668	53280	53747	54260	55087	56001	57287	58188	60316	61813	65015	68363	74564
52332	52679	53313	53789	54279	55266	56100	57287	58215	60354	62026	65542	68765	75339
52423	52709	53334	53859	54301	55292	56308	57310	58565	60354	62200	65818	68768	75528
52424	52729	53335	53860	54331	55317	56333	57310	58944	60480	62290	66030	69181	

Alegações: Em síntese os candidatos apresentando suas razões alegam ou que a questões possui duas alternativas corretas “B e D”, ou que não possui alternativa a ser assinalada ou ainda que seja alterada para letra A.

Resposta:

A crase não é um acento, mas uma ocorrência fonética. Para completar as colunas, o candidato deveria conhecer as preposições e as regras de regência. Na primeira lacuna, não há acento grave, pois “desde” é uma preposição e, portanto, não ocorreu a fusão de preposição e artigo. No segundo espaço, também não há acento indicador da crase, pois “até” é preposição. Dizem os gramáticos que a crase PODE aparecer diante de horas, mas para tal, é necessário que haja fusão de dois “às” (a+a). Por conseguinte, **não existe uma regra para horas**.

Na terceira lacuna, há uma locução adverbial (de núcleo feminino) e, por esta razão, o acento indicador da crase se justifica. No quarto espaço, o candidato deveria conhecer a regência do verbo **assistir** para completar, tendo em vista que assistir, no sentido de ver, é transitivo indireto e pede preposição. Como sessão é uma palavra feminina, há, então, ocorrência da crase. Nas duas últimas lacunas, a regra é a mesma, pois novamente se evidencia a regência. Quem se dirige, dirige-se a algum lugar e como “rua” e “academia” são, respectivamente, palavras femininas, ambas abrigarão o acento grave indicador de crase. O gabarito está CORRETO e o conteúdo solicitado está de acordo com o edital.

REFERÊNCIAS

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. *Novíssima Gramática Ilustrada*. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

LUFT, Celso Pedro. *Decifrando a crase*. Rio de Janeiro: Globo, 2014.

Decisão: INDEFERDO QUESTÃO 05 MANTIDA**QUESTÃO: 06****Candidatos recorrentes:**

52104	52679	53088	53438	54114	55027	55870	56981	57902	59215	60576	62444	64486	66335
52119	52695	53088	53483	54170	55076	55903	57043	58213	59239	60576	62473	64514	66341
52121	52733	53089	53579	54208	55157	55929	57175	58429	59553	60620	62596	64802	66492
52160	52784	53157	53616	54208	55172	56074	57180	58437	59634	60646	62626	64949	66512
52168	52854	53195	53747	54395	55258	56160	57249	58443	59658	60655	62873	65038	66512
52260	52871	53231	53771	54396	55302	56210	57287	58447	59722	60672	62996	65102	66705
52390	52883	53240	53805	54458	55317	56454	57287	58544	59751	60697	63254	65225	66717
52423	52893	53295	53975	54663	55395	56512	57310	58647	59779	60820	63462	65299	66788
52424	52896	53313	54012	54754	55504	56767	57496	58944	59818	60822	63566	65478	66875
52430	52987	53335	54023	54829	55614	56820	57593	59028	60004	61366	63802	65710	67136
52464	52994	53380	54062	54920	55665	56877	57719	59033	60130	61813	63940	65978	67400
52672	53022	53430	54077	54966	55686	56948	57822	59213	60471	61852	64296	66091	68105

68374	68765	68768	69229	69533	69939	70254	70687	71435	72496	73118	74611	75201
68537	68766	69100	69280	69912	69965	70254	70983	72044	73025	74009	74611	
68716	68767	69181	69346	69939	70181	70254	71416	72044	73106	74210	74915	

Alegações: Em síntese os candidatos, apresentando suas razões alegam que a questão sugere diversas interpretações, que a imagem representa “conversas para boi dormir”, que não há texto para interpretação, alegam ainda que as figuras constantes das demais alternativas não constam do conteúdo programático do edital.

Resposta:

A “Imagem é tudo”, apregoa o comercial de TV, a tirinha usada no ENEM, a charge utilizada no ENADE... Vive-se a ascensão do texto visual e sua hermenêutica, ou seja, a era do visual.

Cada vez mais se percebe o mundo por meio de imagens, ícones, símbolos, gráficos e desenhos. Cada vez mais a linguagem escrita, tradicional e linear como se conhece, comunicadora de práticas sociais através dos mais variados tipos de discursos, cede espaço para a ‘mensagem-imagem’ – é a imagem criando/reproduzindo/comunicando valores, crenças e ideologias.

FIORIN (2008) chama a atenção para o fato de que os multiletramentos que compõem a vida contemporânea exigem sistemas semióticos multimodais que contemplem o potencial.

E as figuras de linguagem acompanham esse movimento e estão presentes não só no desenho desta questão de número 6, mas na escultura, pintura... e não só na contemporaneidade, mas há séculos. Há **antítese** presente nas esculturas de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, (1730_ 1814), em suas obras o autor aproximava o divino e o profano. E quantos autores abordam a **ironia** presente nas telas do movimento Modernista no Brasil?

Por conseguinte, as figuras de linguagem estão presentes não somente nos textos escritos, **mas em todo tipo de texto**. Salutar se faz mencionar que os soldados precisarão, no exercício de sua profissão, interpretar textos imagéticos, presentes em placas, desenhos, gráficos.

Assim, retornando ao ponto de vista da Comunicação, França (2002) o define como:

Um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos, constrói a mensagem (p. 13).

A questão apresenta um “boi dormindo” e nenhum indício de conversa, para que se pudesse deduzir uma “conversa para boi dormir”. A imagem apresenta um boi em uma cama, descansando como fazem os seres humanos, exatamente como se conceitua a PROSOPOPEIA, atribuir a seres inanimados ou animais: atitudes humanas.

Há ainda aqueles que alegam que algumas das figuras citadas não constam do edital. Ora pois, a única correta é exatamente a que consta do conteúdo do edital, e o candidato preparado saberia distingui-la das demais e obviamente, que se lá não estavam, a chance de acerto da questão aumentava em cinquenta por cento para o candidato e tal reclamação é, no mínimo, improcedente.

O gabarito está CORRETO e o conteúdo solicitado está de acordo com o edital.

REFERÊNCIAS

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

FIORIN, J. L. *Semiótica e comunicação*. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: Ed. da UNESP/FAAC, 2008. p. 75-94.

FRANÇA, V.; PAIVA, R. (Org.). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 13-29.

SACCONI, Luiz Antônio. *Novíssima Gramática Ilustrada*. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

Decisão: INDEFERDO QUESTÃO 06 MANTIDA

QUESTÃO: 07

Candidatos recorrentes:

54770	56219	57252	58658	59779	60549	62473	63153	65512	72803
55087	56308	57494	59033	60402	60948	62778	63389	68354	75474
55870	56512	58544	59751	60545	62083	63153	63827	71169	

Alegações: Em síntese os candidatos apresentando suas razões alegam que a questão dá margem para várias interpretações, alegando que todas as alternativas estariam corretas portanto a letra a ser assinalada

era “A”. Alegam ainda não haver alternativa correta, alegando que não havia identificação que caracterizasse o verbo/palavra que devia ser observada.

Resposta:

A questão 7 suscita do candidato um certo conhecimento de regência e significação. É interpelado a analisar os períodos, verificando se estão **CORRETOS** de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

A frase I está correta, pois assistir, significando morar, é intransitivo e pode estar acompanhado de adjunto adverbial. A frase II está **incorreta**, pois assistir no sentido de “ver, presenciar” é transitivo indireto e pede preposição. Já a frase III, apresenta o verbo assistir no sentido de prestar assistência e, pelo fato de transitar diretamente no período, não pede preposição. E por fim, a questão IV apresenta o verbo assistir no sentido de CABER e pede preposição: “direito que assiste ao consumidor”.

Segundo CEGALLA (2011), o verbo assistir pode ser transitivo indireto, transitivo direto e intransitivo.

Transitivo indireto: quando significa “ver”, “presenciar”, “caber”, “pertencer” e exige complemento com a preposição “a”.

- Assisti a um filme. (ver)

- Ele assistiu ao jogo.

- Este direito assiste aos alunos. (caber)

Transitivo direto: quando significa “socorrer”, “ajudar” e exige complemento sem preposição.

- O médico assiste o ferido. (cuida)

Intransitivo: quando significa “morar” exige a preposição “em”.

- O papa assiste no Vaticano. (no: em + o)

- Eu assisto no Rio de Janeiro.

“No Vaticano” e “no Rio de Janeiro” são adjuntos adverbiais de lugar.

Em relação a: “Assistiram o jogo...”, quando o correto seria “Assistiram ao jogo...” apresenta um verbo na 3ª. pessoa do plural, sem sujeito específico antes ou após o verbo (sujeito indeterminado). Quando isso ocorre, o verbo assistir é usado no sentido de ver, presenciar; se fosse no sentido de prestar auxílio, o “auxiliado” seria evidenciado no período. Quem auxilia, auxilia alguém e não alguma coisa. Pode-se auxiliar alguém a fazer algo, mas aí a pessoa a qual se ajuda estaria visível no período.

O gabarito está CORRETO e o conteúdo solicitado está de acordo com o edital.

REFERÊNCIAS

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. Novíssima Gramática Ilustrada. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 07 MANTIDA

QUESTÃO: 08

Candidatos recorrentes:

52424, 56949

Alegações: Solicitam anulação das questões de acordo com as razões apresentadas.

Resposta:

A questão 8 traz uma indagação sintática.

Em: “A minha vontade é forte”, o que é o termo destacado? Para chegar à resposta correta, o candidato deveria, primeiramente, identificar qual o sujeito da oração, no caso, a pergunta para este fim deveria ser: o que é forte?

Por conseguinte, “a minha vontade” constitui o sujeito simples desta oração. Após a identificação do sujeito, dever-se-ia identificar o verbo: “é” (ser). Como neste período, o verbo une o sujeito à sua respectiva qualidade (que é forte) deve ser designado como verbo de ligação.

Depois disso, fica fácil concluir que forte (adjetivo) é na verdade o predicativo do sujeito, ou seja, a qualidade do sujeito.

De acordo com SACCONI (2012), o predicativo do sujeito é o termo que atribui características ao sujeito por meio de um verbo. Todo predicado construído com verbo de ligação necessita de predicativo do sujeito. Pode ser representado por:

a) Adjetivo ou locução adjetiva:

Por Exemplo:

O seu telefonema foi especial. (especial = adjetivo)

Este bolo está sem sabor. (sem sabor = locução adjetiva)

b) Substantivo ou palavra substantivada:

Por Exemplo:

Esta figura parece um peixe. (peixe = substantivo)

Amar é um eterno recommençar. (recommençar = verbo substantivado)

c) Pronome Substantivo:

Por Exemplo:

Meu boletim não é esse. (esse = pronome substantivo)

d) Numeral:

Por Exemplo:

Nós somos dez ao todo. (dez = numeral)

O gabarito está CORRETO e o conteúdo solicitado está de acordo com o edital.

REFERÊNCIAS

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. Novíssima Gramática Ilustrada. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

Decisão INDEFERIDO QUESTÃO 08 MANTIDA

QUESTÃO: 09

Candidatos recorrentes:

52424, 54306, 55067, 55067, 55087, 55870, 56949, 57073 e 60549

Alegações: Em síntese os candidatos, apresentando suas razões, alegam que a questão deveria/poderia ter sido complementada com a palavra "analítica", que há mais de uma alternativa correta e que tal conteúdo não consta do conteúdo programático do edital.

Resposta:

A questão 9 fomenta a descoberta de uma alínea que apresente partícula apassivadora.

Compreender o que é uma partícula apassivadora pode ser para muitos, sobretudo aqueles que ainda dispõem de um conhecimento mais aprimorado acerca dos fatos que norteiam a língua, algo extremamente difícil de se evidenciar, dado ao fato de ela não se conceber assim como tão recorrente no cotidiano linguístico.

Cabe, portanto, retomar alguns conceitos relacionados às vozes verbais, que nada mais são do que aqueles comportamentos adquiridos pelo verbo, ou seja:

Voz ativa - o sujeito pratica a ação expressa pelo verbo.

Voz passiva - o sujeito recebe, sofre a ação praticada pelo verbo.

Voz reflexiva - o sujeito é agente e paciente de forma simultânea.

Tornando práticas tais noções, constata-se:

Os alunos realizaram a pesquisa – voz ativa.

A pesquisa foi realizada pelos alunos - voz passiva analítica (formada por um verbo auxiliar + um principal expresso numa das formas nominais – participio).

Realizaram-se a pesquisa – voz passiva sintética.

Vale ressaltar essa última, na qual se observa que o verbo, uma vez se classificando como transitivo direto (realizaram) aparece acompanhado do pronome oblíquo "se".

Dessa forma, cabe ressaltar que em se tratando da função sintática, **esse pronome assume a função de partícula apassivadora.**

A letra A apresenta uma conjunção condicional, a letra B também apresenta uma conjunção condicional, a letra C apresenta um índice de indeterminação do sujeito, tendo em vista que o verbo é transitivo indireto e não há como se presumir o sujeito da oração. Então, somente em: alugam-se

barcos (letra D) é que a partícula apassivadora se evidencia, pois o período pode ser invertido: barcos são alugados, logo, “barcos” constitui o sujeito paciente e “se” é a partícula apassivadora.

REFERÊNCIAS

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. Novíssima Gramática Ilustrada. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 09 MANTIDA

QUESTÃO: 10

Candidatos recorrentes:

52103, 52104, 52119, 52121, 52121, 52129, 52130, 52133, 52168, 52170, 52178, 52235, 52264, 52269, 52283, 52306, 52329, 52423, 52424, 52459, 52653, 52679, 52695, 52709, 52737, 52784, 52811, 52831, 52854, 52866, 52883, 52893, 52919, 52929, 52942, 52942, 52942, 52942, 52971, 53020, 53022, 53025, 53153, 53157, 53214, 53255, 53255, 53280, 53313, 53319, 53334, 53338, 53380, 53393, 53398, 53428, 53438, 53450, 53461, 53483, 53530, 53535, 53582, 53655, 53670, 53747, 53752, 53752, 53752, 53785, 53789, 53860, 53966, 53972, 53975, 54012, 54023, 54098, 54102, 54173, 54197, 54209, 54260, 54262, 54279, 54301, 54318, 54396, 54458, 54492, 54513, 54592, 54688, 54776, 54784, 54796, 54860, 54928, 55076, 55087, 55087, 55194, 55289, 55317, 55322, 55342, 55395, 55614, 55802, 55802, 55807, 55903, 55946, 56078, 56219, 56308, 56333, 56688, 56688, 56755, 56767, 56820, 56949, 57014, 57018, 57036, 57043, 57073, 57327, 57418, 57494, 57517, 57527, 57593, 57641, 57719, 57759, 57785, 57880, 57891, 57902, 58009, 58188, 58188, 58210, 58247, 58378, 58407, 58420, 58429, 58437, 58437, 58442, 58447, 58457, 58539, 58544, 58599, 58601, 58658, 58727, 58944, 59003, 59033, 59216, 59239, 59336, 59435, 59556, 59626, 59626, 59651, 59730, 59764, 59779, 59801, 59816, 59856, 59869, 59869, 59881, 59912, 59998, 60060, 60130, 60130, 60211, 60240, 60240, 60261, 60402, 60471, 60480, 60511, 60545, 60549, 60617, 60620, 60655, 60708, 60721, 60872, 60926, 60948, 60948, 60948, 60975, 61156, 61249, 61318, 61681, 61718, 61727, 61813, 61852, 62200, 62284, 62473, 62551, 62596, 62696, 62996, 63411, 63494, 63494, 63566, 64269, 64323, 64514, 64781, 64802, 64946, 64973, 65174, 65225, 65473, 65473, 65897, 65978, 66030, 66224, 66411, 66717, 66875, 66930, 66975, 67053, 67071, 67243, 67576, 67948, 68206, 68363, 68374, 68443, 68484, 68525, 68618, 68634, 68716, 68765, 68985, 69059, 69229, 69280, 69346, 69556, 69588, 69617, 69664, 69939, 70254, 70649, 70666, 70983, 71178, 71435, 71568, 71965, 72008, 02678, 72703, 72803, 72844, 73025, 73083, 73106, 73118, 73463, 73652, 74087, 74429, 74549, 74564, 74611, 74665, 74715, 74941, 75032, 75247, 75528, 75730.

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que o “uso dos porques” não consta no conteúdo programático do edital além de outras alegações sobre a exatidão da questão.

Resposta:

O uso dos “porquês” faz parte do estudo morfológico, tendo em vista que a grafia depende da função exercida: **por que** (pronome relativo); **porquê** (substantivo); **porque** (conjunção explicativa); **Por que/por quê** (pronome interrogativo).

Veja abaixo o quadro-resumo:

Forma
Emprego
Exemplos

Por que

Em frases interrogativas (diretas e indiretas)

Em substituição à expressão "pelo qual" (e suas variações)

Por que ele chorou? (interrogativa direta)

Digam-me **por que** ele chorou. (interrogativa indireta)

Os bairros **por que** passamos eram sujos. (**por que** = **pelos quais**)

Por quê

No final de frases

Eles estão revoltados **por quê**?

Ele não veio não sei **por quê**.

Porque

Em frases afirmativas e em respostas

Não fui à festa **porque** choveu.

Porquê

Como substantivo

Todos sabem o **porquê** de seu medo.

Em: “Desconheço o porque” (substituível por motivo) está **INCORRETO**, pois se trata de um substantivo, precedido de artigo e deveria receber o acento circunflexo.

O gabarito está **CORRETO** e o conteúdo previsto em EDITAL.

REFERÊNCIAS

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. Novíssima Gramática Ilustrada. 25ª Ed. São Paulo: Nova Geração 2012.

<http://www.soportuques.com.br/secoes/sint/sint13.php>. Acesso no dia 01 de maio de 2015.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 10 MANTIDA

QUESTÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO: 11

Candidatos recorrentes:

52978, 54241, 54306, 54408, 57013, 58213, 59607, 60211, 64619, 68525,

Alegações: Os candidatos, em síntese, apresentam suas razões alegando que o assunto não consta do conteúdo programático, que há duas alternativas corretas.

Resposta:

O edital era claro quando solicitava “Conhecimentos básicos para a utilização da Internet.”

Logo a utilização do correio eletrônico carece de conhecimento básico para sua utilização na internet, sendo que qualquer cargo ou função que utilize internet faz uso de e-mails. Portanto o assunto em questão consta sim do conteúdo do edital.

A questão indaga: “São considerados protocolos de serviço de mensagens eletrônicas:”.

GABARITO: C

os protocolos da família TCP/IP usados no serviço de e-mail são SMTP, POP e IMAP.

Temos as definições:

HTTP: é sigla de HyperText Transfer Protocol que em português significa "Protocolo de Transferência de Hipertexto". É um protocolo de comunicação entre sistemas de informação que permite a transferência de dados entre redes de computadores, principalmente na World Wide Web (Internet).

SMTP: Protocolo de transferência de correio eletrônico simples (SMTP) destina-se a transferência de mensagens confiável e eficiente. Ele é amplamente usado em instalações do governo e educação e também é o padrão usado pela Internet para a transferência de mensagens.

TCP: é o principal protocolo de envio e recebimento de dados da internet. TCP significa Transmission Control Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão). O TCP é um conjunto de pequenos protocolos que juntos formam a chamada pilha de protocolos.

POP: O protocolo de agência de correio (POP) é um protocolo padrão para recuperação de email. O protocolo POP controla a conexão entre um cliente de email POP e um servidor onde o email fica armazenado. O serviço POP usa o protocolo POP para recuperar emails de um servidor de email para um

cliente de email POP.

FTP: File Transfer Protocol. É um protocolo usado para transferir arquivos através de redes TCP/IP. Basicamente ele serve para que os usuários possam enviar e receber arquivos por meio de um endereço no navegador ou software específico instalado.

DNS: DNS é uma abreviação de sistema de nomes de domínios (Domain Name System), um sistema para serviços de nomes de computadores e redes que é organizado em uma hierarquia de domínios. Os nomes DNS são usados em redes TCP/IP, como a Internet, para localizar computadores e serviços por meio de nomes amigáveis para o usuário. Quando um usuário insere um nome DNS em um aplicativo, os serviços DNS podem resolver o nome para outra informação associada ao nome, como um endereço IP.

IMAP: (Internet Message Access Protocol. Traduzido do inglês, significa "Protocolo de acesso a mensagem da internet") é um protocolo de gerenciamento de correio eletrônico superior em recursos ao POP.

Podemos analisar que os protocolos que fazem referências ao serviço de mensagens eletrônicas são: POP, SMTP e IMAP, conforme a questão "C".

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 11 MANTIDA

QUESTÃO: 12

Candidatos recorrentes:

52234, 52496, 52519, 52987, 53335, 53380, 53805, 54241, 54318,,54408, 55067, 56078, 58247, 58429, 60388, 62596, 65542, 68766, 68767, 70712, 71417, 72044, 72496, 72703, 74611,

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que o caminho mais rápido depende da experiência do usuário que pode optar por qualquer uma das opções, entre outras alegações.

Resposta:

No Windows 7, você pode compartilhar pastas e arquivos individuais e até mesmo bibliotecas inteiras com outras pessoas. A forma mais rápida de compartilhar algo é:

Acessando as propriedades de segurança da pasta e negar as permissões de modificação do usuário que não necessitam permissão.	Descreve ações para modificar as permissões de modificação da pasta
Usando o novo menu "Compartilhar com". As opções que você verá dependem do arquivo que você está compartilhando e o tipo de rede à qual o seu computador está conectado.	Descreve ações para compartilhamento de pasta.
Clicando no menu de propriedades do arquivo na guia "segurança" editando os usuários que tem permissão de acesso ao arquivo.	Descreve ações para modificar usuários locais com permissões a pasta.
Na central de rede e compartilhamento configurar a conexão do usuário a um ponto de acesso da rede local.	Descreve ações para configurar novo ponto de acesso à rede.

Indiferente de ser a forma mais rápida ou não a única forma de compartilhar algo no Windows 7 disponível nas opções acima é a questão B.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 12 MANTIDA

QUESTÃO: 13**Candidatos recorrentes:**

52160	52763	53280	54012	55322	56355	57759	58830	60130	61856	64514	66030	69668	74941
52170	52784	53530	54195	55546	56820	57780	59239	60130	62284	64690	66030	69668	
52199	52893	53568	54197	55614	56981	57822	59273	60196	62596	64802	66875	69912	
52257	52987	53616	54306	55817	57382	58164	59607	60388	62731	64967	66930	70254	
52269	53022	53681	54408	55849	57418	58213	59658	60549	62733	65015	66975	71178	
52306	53153	53747	54469	55849	57449	58420	59730	60609	62733	65038	68525	72170	
52583	53241	53779	54773	55903	57496	58443	59869	60672	62873	65225	68716	73025	
52679	53255	53805	55076	56333	57593	58539	60060	61366	62875	65299	69194	74611	

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que o assunto da questão não consta no conteúdo programático previsto no edital, alegando ainda que os formatos .Tar e 7z oriundos do Linux, mesmo sendo compatíveis com o sistema Windows, não são arquivos compactos padrões.

Resposta:

Conforme o edital o conteúdo programático solicita “Conceitos básicos de computação e micro-informática” e “Conhecimentos em aplicativos e funções do Windows.” Compactar e descompactar arquivos são ações básicas da informática em qualquer tipo de sistema operacional, portanto consta do edital tal conteúdo.

São considerados aplicativos compactadores de Windows aplicativos como exemplo: Winrar, Winzip, Haozip, 7-zip entre outros. Qualquer desse aplicativos podem fazer a abertura de todos os arquivos compactados conforme a questão correta A) 7z, RAR, ZIP e TAR.

A pergunta não solicita a criação do arquivo na plataforma Windows mas sim quais dessas extensões são referentes a arquivos compactados, a qual pode ter recebido de qualquer sistema operacional atual existente.

Abaixo podemos confirmar que qualquer aplicativo do Windows de compactação traz todas as extensões mencionadas na alternativa correta.

Imagem da janela de configuração padrão do aplicativo Winrar para Windows.

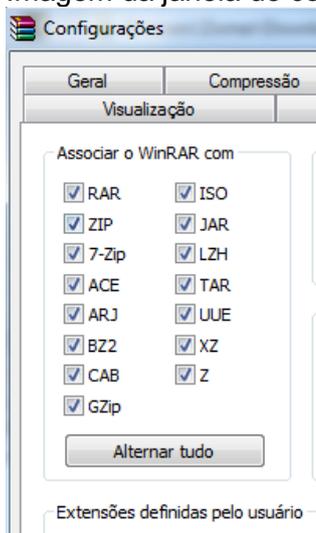
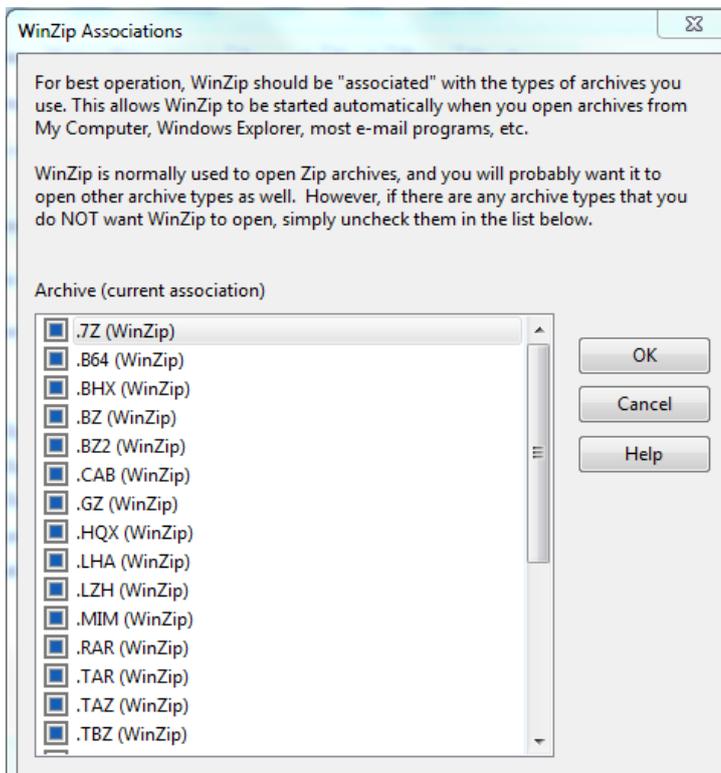
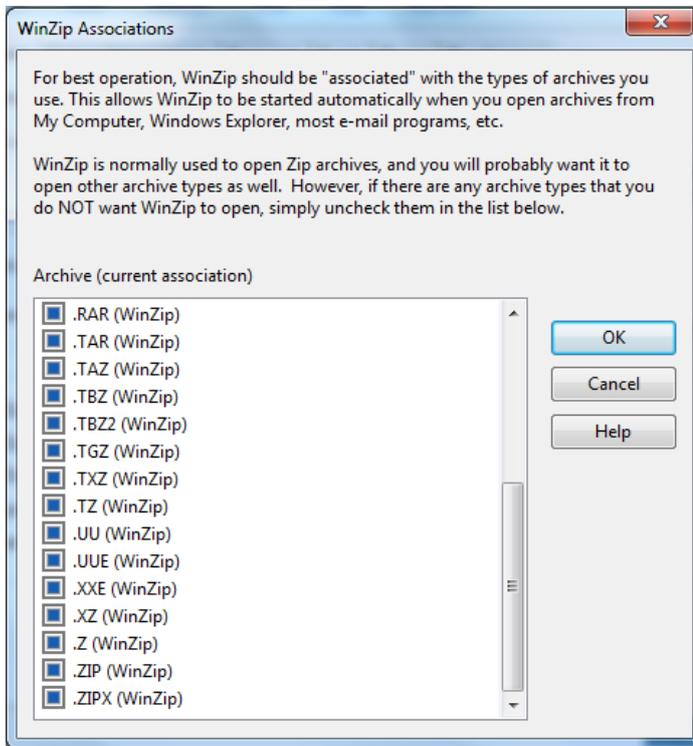


Imagem da janela de configuração padrão do aplicativo HaoZip para Windows.



Imagem da janela de configuração padrão do aplicativo WinZip para Windows.





A questão não pergunta quais formatos de compactação são para Windows ou Linux, e sim, quais formatos de arquivos que permitem a compactação e descompactação e nesse caso está correto o gabarito.

GABARITO: A

7z (seven Zip), RAR, ZIP e TAR são tipos de arquivos compactados.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 13 MANTIDA

QUESTÃO: 14

Candidatos recorrentes:

52104	52588	52883	53338	53912	55194	56549	58213	59390	60471	62778	65723	69664	74611
52119	52631	52932	53470	54077	55194	56606	58213	59415	60545	62875	65723	70181	75247
52215	52634	52987	53506	54102	55230	56767	58213	59553	60721	63053	65978	70649	
52234	52658	53020	53597	54114	55265	56906	58225	59658	61044	63462	67400	70666	
52264	52668	53022	53612	54262	55286	57018	58424	59722	61152	64296	68406	70687	
52283	52668	53025	53670	54277	55477	57306	58429	59816	61318	64532	68484	71331	
52329	52737	53032	53670	54799	55591	57406	58457	59881	61411	64802	68768	71695	
52496	52772	53041	53681	54809	55614	57593	58658	59981	62283	64949	69044	72170	
52519	52784	53153	53706	54930	55813	57703	58830	60060	62473	65299	69059	72678	
52567	52811	53219	53789	54966	55895	58009	58862	60196	62596	65473	69194	73602	
52582	52849	53313	53860	55087	56089	58210	58944	60388	62733	65473	69556	74009	
52583	52859	53319	53871	55177	56357	58213	59273	60388	62733	65542	69588	74087	

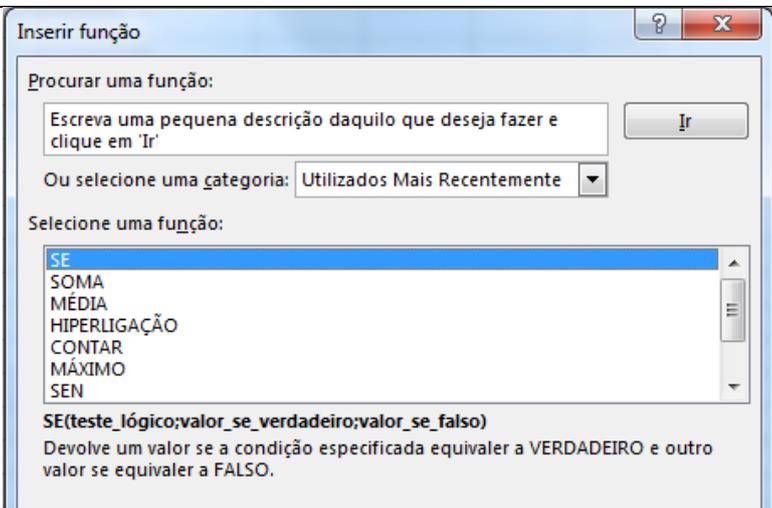
Alegações: Em síntese os candidatos alegam inconsistências na elaboração da questão, alegando ainda que o assunto não consta no conteúdo do edital.

Resposta:

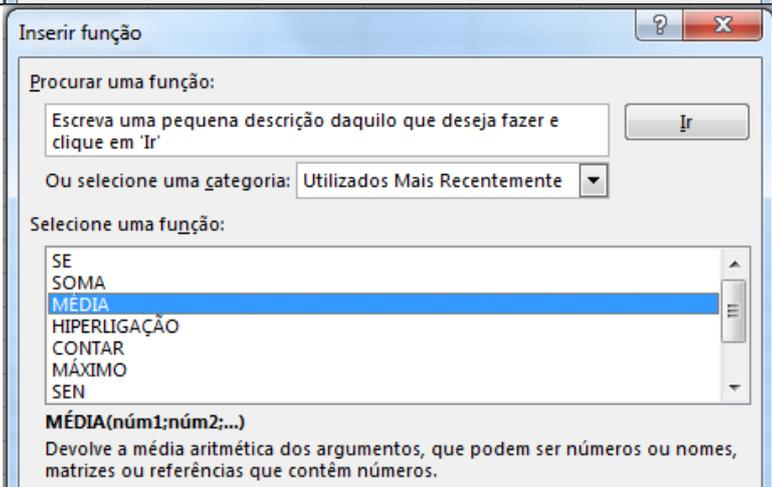
Conforme o edital o conteúdo exigia: “Conhecimentos em Microsoft Office” logo o Excel faz parte do pacote Microsoft Office, portanto o assunto consta do edital.

Analisando as opções conforme consta no Excel:

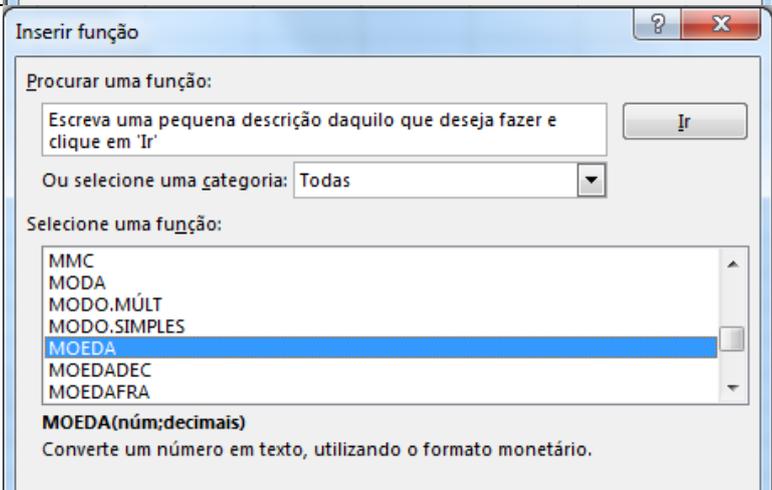
I. a função “SE” devolve um valor se a condição especificada equivaler a verdadeiro e outro valor se equivaler a falso.



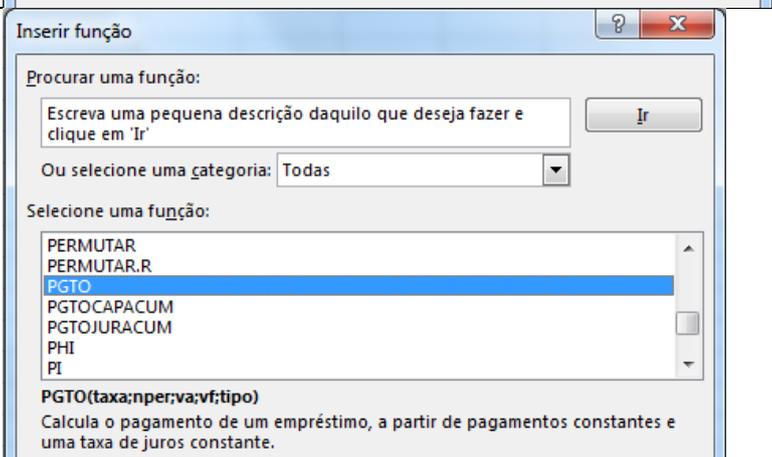
II. a função “MÉDIA” devolve a média aritmética dos argumentos, que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contém números.



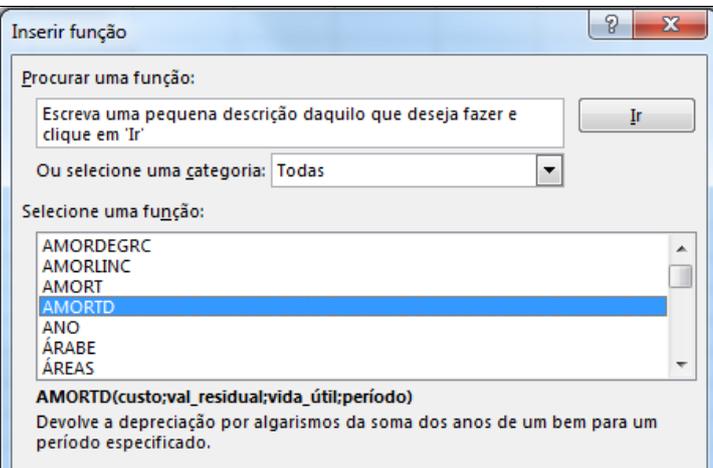
III. a função “MOEDA” converte o valor especificado em decimais.



IV. a função “PGTO” calcula a taxa de juros de um empréstimo, a partir de pagamentos dinâmicos e taxa de juros constante.



V. a função “AMORTD” devolve a depreciação por algoritmos da soma dos anos de um bem para um período especificado.



As funções “SE”, “MÉDIA”, “AMORTD” estão descritas de maneira correta.

Funções descritas de maneira incorreta.

A função “MOEDA” Converte um número em texto, utilizando o formato de moeda.

A função “PGTO” Calcula o pagamento de um empréstimo com base em pagamentos a uma taxa de juros constante.

Gabarito: D

Estão corretas as afirmações sobre as funções SE, MÉDIA e AMORTD

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 14 MANTIDA

QUESTÃO: 15

Candidatos recorrentes:

54408

Alegações: Questão 15 O Microsoft Word 2007 conta com o recurso de criação de caixa de texto. Uma caixa de texto é um objeto que permite inserir e digitar texto em qualquer lugar do documento editado. A maneira correta para a criação da caixa de texto é: A) na guia base, no grupo estilos e selecionar um estilo que contenha a caixa de texto. B) na guia inserir, no grupo texto, clique em caixa de texto e em desenhar caixa de texto. C) no menu formatação, com a ferramenta lápis desenhe a caixa de texto do tamanho desejado. D) selecionar o texto, abrir o menu de opções e clicar em “enviar para caixa de texto”. GABARITO: B Correto (...)

Resposta:

O candidato aponta exatamente o gabarito divulgado, não define sobre o que deseja recorrer. Não apresenta erro ou defeito na questão.

Decisão: DESPROVIDO - QUESTÃO 15 MANTIDA

QUESTÃO: 16

Candidatos recorrentes:

52519, 54408, 57238, 57840, 66030

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que o assunto não consta do edital, que a alternativa “C” também estaria correta e que a questão não está bem clara em sua formulação. a palavra aspecto e conteúdos deixou vaga a opção em si Sendo que a função exata do pincel de formatação é copiar ou colar a formatação selecionada de determinado ponto do texto para outro, mesmo em documentos diferentes.

Resposta:

Conforme o edital o conteúdo exigia: “Conhecimentos em Microsoft Office” logo o Word faz parte do pacote Microsoft Office.

Analizando a Questão 16

No Microsoft Word 2013 encontramos a ferramenta Pincel de Formatação. Qual a finalidade dessa ferramenta?

Aplica o aspecto de formatação selecionada em outros conteúdos do documento. (Função da ferramenta

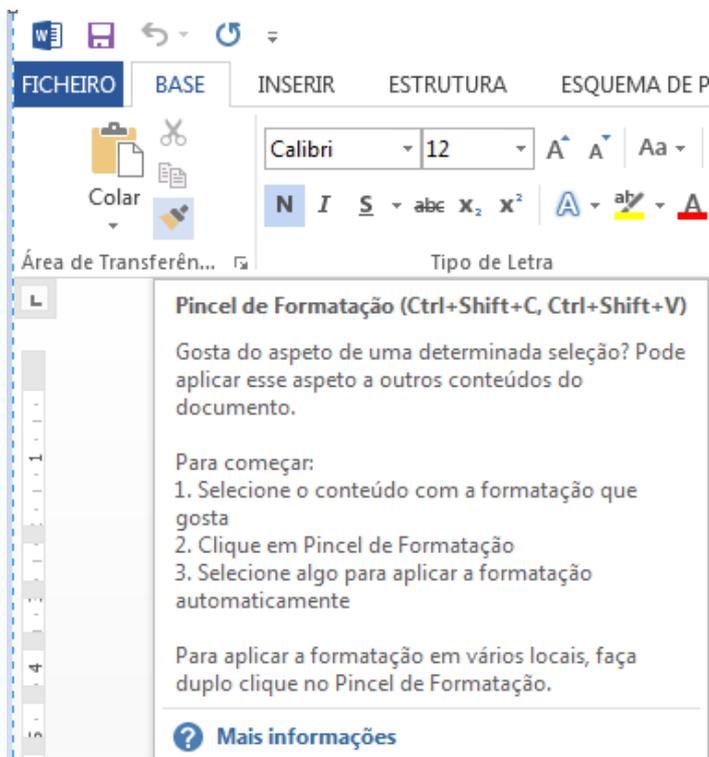
“Pincel de formatação” )

B) Limpa a formatação da seleção, mantendo apenas o texto normal. (função da ferramenta “limpar toda a formatação” )

C) Altera a cor da fonte. (Função da ferramenta “Cor do Tipo de Letra” )

D) Realça o texto adicionando recursos visuais. (Função da ferramenta “efeito de texto e tipografia” )

Analizando as opções conforme consta no Word:



GABARITO: A

a função da ferramenta Pincel de Formatação é copiar os formatos de fonte e/ou parágrafo e colar em outro objeto do documento.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 16 MANTIDA

QUESTÃO: 17

Candidatos recorrentes:

52104	52679	53535	54233	55230	56333	57822	58599	60004	61062	63900	66717	70181
52121	52695	53568	54260	55258	56357	57902	58635	60130	61411	64195	66975	70469
52133	52729	53663	54306	55266	56401	57902	58830	60211	61718	64296	67068	70728
52160	52737	53680	54338	55286	56432	57940	58928	60242	61813	64456	67400	70959
52178	52763	53681	54388	55302	56629	58009	58944	60388	61936	64514	67536	71013
52178	52893	53706	54396	55324	56809	58080	58980	60404	62073	64671	67972	71093
52186	52942	53724	54458	55395	56820	58109	59003	60471	62083	64690	68155	71178
52207	52987	53747	54469	55395	56906	58113	59033	60480	62200	64781	68374	71331
52231	53012	53764	54612	55441	56935	58209	59239	60545	62283	64949	68537	71435
52235	53022	53789	54651	55465	56938	58210	59435	60549	62284	65038	68682	71695
52235	53032	53856	54773	55672	56981	58213	59515	60609	62473	65160	68716	72058
52287	53056	53860	54829	55678	57043	58247	59537	60617	62567	65225	68768	72058
52306	53058	53912	54829	55802	57180	58407	59553	60646	62594	65417	68846	72081
52366	53114	53917	54861	55802	57212	58407	59596	60655	62596	65490	68930	72170
52381	53189	53937	54966	55849	57494	58429	59599	60697	62626	65547	69044	72496
52433	53219	53945	55062	55870	57517	58437	59634	60708	62731	65698	69194	72980
52532	53231	54012	55076	55903	57527	58443	59702	60724	62871	65766	69346	73025
52631	53287	54035	55090	56016	57527	58447	59709	60822	62873	65981	69588	73437
52632	53334	54073	55097	56160	57593	58454	59730	60858	62885	66030	69705	74611
52653	53389	54127	55104	56241	57719	58461	59816	60872	63053	66093	69939	74715
52654	53438	54170	55105	56316	57740	58543	59862	60975	63153	66344	70157	74941
52672	53506	54197	55172	56333	57759	58543	59869	61044	63411	66686	70157	

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam incorreções na formulação da questão, alegando ainda que o assunto não consta do conteúdo programático do edital.

Resposta:

Como a pergunta afirma “É um dispositivo de segurança existente na forma de software e de hardware”, no Windows o Firewall que é a resposta correta (letra C), vem como uma função nativa do Windows na forma de software.

Conforme consta no edital (Conhecimentos em aplicativos e funções do Windows), portanto o assunto consta do conteúdo do edital, além de que segurança da informação é item básico para quem atua em instituições e empresas e está implícito no conhecimento básico de informática.

Assim o Firewall é uma função do Windows que vem ativada por padrão e pode ter suas configurações acessadas via painel de controle do Windows.

Sua função principal é verificar informações provenientes da Internet ou de uma rede na qual o computador está conectado, e as bloqueia ou permite que elas cheguem ao seu computador, dependendo das configurações do firewall.

FIREWALL – Controla o fluxo de entrada e saída de dados. O controle pode ser feito por hardware ou software.

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 17 MANTIDA

QUESTÃO: 18

Candidatos recorrentes:

52287, 52329, 52423, 52430, 52519, 52554, 52567, 52591, 52733, 52772, 52987, 52987, 53312, 53677, 53681, 54102, 54318, 54408, 54690, 54754, 54930, 54966, 55177, 55230, 55286, 55591, 55591, 55803, 56252, 57306, 57449, 57496, 57593, 59273, 59537, 59553, 59658, 59658, 59702, 59801, 60042, 60060, 60223, 60354, 60750, 61022, 62596, 62733, 62875, 6300963624, 64726, 64949, 65542, 66271, 67400, 68766, 68767, 68768, 69939, 70457, 70666, 70967, 72044, 72044, 72339.

Alegações:

Os candidatos alegam em síntese, apresentando suas razões que a questão apresenta inconsistência em sua formulação e nas afirmativas expostas especialmente e ainda que o assunto não consta do conteúdo do edital.

Resposta:

A questão está correta, uma Intranet é uma rede privada, interna a uma organização, onde o acesso às informações é restrito apenas aos funcionários da mesma. Já uma Extranet é também uma rede privada, porém o objetivo de uma extranet é o de liberar acesso de parte de uma Intranet a clientes e/ou fornecedores, mantendo a rede com acesso restrito, mas permitindo que quem seja "de fora" também possa acessar dados internos da organização, desde que possuam um login e senha válidos.

Na maioria dos casos, uma Extranet é o resultado da união de duas Intranets. Por exemplo, uma empresa que distribui cimento, pode integrar sua Intranet com a Intranet de um fabricante de cimento, desta forma ambas podem usufruir da integração, melhorando a comunicação entre os parceiros, mas mantendo as Intranets privadas.

O assunto se insere no conteúdo do edital no que diz respeito a "Conceitos básicos de computação e micro-informática" e "Conhecimentos básicos para utilização da Internet".

Decisão: INDEFERIDO QUESTÃO 18 MANTIDA

QUESTÃO: 19

Candidatos recorrentes:

53849,54306,54809,55164,57212,59981,60261,60545,60708,63195,68811,71147

Alegações: Em síntese os candidatos apontam inconsistências na questão e ainda alegam que não há alternativa correta ou que há mais de uma alternativa a ser assinalada.

Resposta:

Não há qualquer inconsistência na questão que justifique a alteração da resposta ou anulação da questão. O enunciado requer a indicação da questão em desacordo com a LC nº 587/2013 de SC.

A alternativa A está em desacordo com o artigo 2º, inciso VIII da lei que dispõe: **VIII - não ter sido condenado por crime doloso, com sentença condenatória transitada em julgado;**

Portanto, não é a condenação por qualquer crime que impede o ingresso nas carreiras militares, mas apenas os dolosos. A condenação por crime culposo não é prevista na lei como causa impeditiva.

A alternativa B está em plena consonância com o artigo 2º, inciso XXV da lei que dispõe: **XXV - não possuir tatuagem ou pintura em extensas áreas do corpo ou em partes expostas ao público quando do uso de uniformes militares de qualquer modalidade.**

Independentemente do tipo de tatuagem, aplica-se a vedação do dispositivo da lei acima mencionado.

A alternativa C está em consonância com o artigo 2º, inciso XVIII da lei que dispõe: **XVIII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH);**

o enunciado pede para indicar a questão e desacordo com a lei e a alternativa C está colocada exatamente conforme dispõe a lei.

A alternativa D está colocado exatamente conforme o disposto no artigo 2º, inciso XVII da lei que dispõe: **XVII - atestar, por exame toxicológico de larga janela de detecção, que não utiliza droga ilícita;**

A resposta da questão é exatamente a opção A.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se a questão e o gabarito.

Decisão: QUESTÃO 19 MANTIDA

QUESTÃO: 20

Candidatos recorrentes:

71103

Alegações: O candidato alega que a questão possui duas respostas potencialmente certas, não podendo ser considerada apenas uma correta.

Resposta:

O artigo 14, primeira parte da lei estadual 6.218/1983 é extremamente claro e preciso ao estabelecer que hierarquia e disciplina são a base da instituição.

Art. 14. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A Autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 20 MANTIDA

Questão 21

Candidatos recorrentes:

52229,55191,55302,55307,55504,55533,55533,55533,55911,57246,60404,60644,60644,60822

Alegações:

Em síntese os candidatos apontam inconsistências na questão, confundindo o entendimento, não faz parte dos assuntos exigidos no edital.

Resposta: Ao contrário do afirmado, a questão tem solução a partir das disposições da Lei Estadual nº 6.218/1983, que estabelece em seu artigos 37e 39:

Art. 37. O Oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do comando, da chefia e de direção das organizações policiais-militares.

Art. 39. Os cabos e soldados são essencialmente elementos de execução.

A lei mencionada está prevista no conteúdo programático do edital.

Veja-se o disposto na Lei Estadual nº 6.218/1983:

A resposta da questão não precisa ser, necessariamente, cópia idêntica da lei.

Não vislumbra-se prejuízo algum para interpretação e solução da questão.

Ao contrário do afirmado, o dispositivos tem sim conexão, vez ue integram o mesmo capítulo da lei, intitulado Do Comando e da Subordinação. Ademais o tema consta do conteúdo programático (Lei Estadual nº 6.218/1983) e o enunciado da questão é muito claro ao pretender a indicação dos elementos considerados de execução pela legislação,

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se a questão e o gabarito.

Decisão: QUESTÃO 21 MANTIDA

Questão 23 anulada

Candidatos recorrentes:

52130	52199	52288	52565	52859	53020	53173	53257	53441	53724	54060	54209	54514	54784
52103	52207	52309	52568	52869	53022	53189	53271	53456	53747	54073	54231	54580	54796
52104	52215	52341	52582	52871	53025	53191	53280	53471	53764	54077	54233	54585	54799
52119	52229	52353	52582	52883	53056	53195	53287	53512	53805	54077	54233	54651	54823
52121	52245	52366	52588	52893	53057	53219	53319	53525	53856	54077	54241	54688	54829
52129	52250	52450	52654	52896	53058	53231	53328	53535	53912	54098	54262	54690	54860
52160	52257	52459	52736	52942	53088	53236	53334	53579	53937	54102	54279	54726	54864
52168	52264	52485	52772	52942	53097	53254	53338	53655	53937	54117	54301	54734	54889
52170	52265	52485	52811	52942	53100	53255	53380	53670	53966	54149	54338	54773	54906
52178	52269	52485	52831	52987	53114	53255	53400	53672	54012	54170	54408	54784	54939
52182	52287	52496	52849	53012	53153	53255	53407	53677	54054	54208	54513	54784	55015

55044	55734	56767	57822	58503	59818	60620	61852	62875	65417	67068	68767	70959	73463
55076	55749	56820	57829	58521	59828	60620	61936	62967	65417	67136	68950	71013	73943
55087	55751	56948	57876	58544	59846	60646	61983	62996	65473	67256	69015	71093	74087
55097	55752	56981	57880	58601	59869	60653	62026	63049	65547	67341	69017	71435	74319
55104	55761	57014	57891	58635	59881	60655	62200	63064	65766	67388	69100	71468	74429
55105	55797	57018	57902	58647	59926	60687	62200	63153	65981	67576	69115	71560	74564
55157	55813	57036	58009	58658	60031	60697	62200	63229	66030	67788	69184	71568	74564
55194	55836	57043	58017	58695	60077	60721	62284	63322	66036	67791	69280	71695	74665
55230	55849	57073	58109	58727	60094	60724	62284	63411	66091	67791	69411	71865	74857
55232	55870	57180	58164	58862	60116	60831	62377	63714	66093	67813	69412	71877	74857
55258	55886	57201	58170	58914	60130	60836	62427	63739	66113	67855	69556	72057	75015
55302	55897	57212	58188	58944	60185	60872	62444	63795	66129	68039	69556	72058	75032
55322	56001	57287	58209	58980	60196	60902	62504	63831	66131	68039	69582	72081	75247
55324	56041	57327	58210	59033	60211	60926	62551	64070	66224	68155	69588	72131	75484
55342	56089	57383	58225	59047	60223	60948	62558	64302	66271	68172	69606	72170	75528
55366	56165	57406	58238	59107	60253	60975	62567	64323	66322	68256	69664	72339	
55394	56241	57418	58244	59107	60278	60987	62594	64532	66377	68277	69789	72466	
55410	56255	57449	58336	59239	60328	61012	62596	64671	66411	68360	69912	72496	
55459	56308	57494	58401	59458	60404	61062	62669	64690	66686	68363	70157	72538	
55546	56355	57496	58407	59553	60468	61122	62696	64832	66705	68406	70181	72592	
55591	56357	57527	58425	59603	60471	61156	62731	64967	66717	68461	70314	72613	
55591	56432	57557	58429	59608	60478	61249	62733	64995	66749	68463	70629	72678	
55591	56454	57593	58442	59626	60511	61318	62733	65038	66788	68484	70629	72703	
55606	56505	57623	58443	59658	60537	61411	62733	65057	66852	68537	70649	72784	
55672	56526	57655	58447	59722	60545	61433	62733	65102	66875	68682	70666	72784	
55678	56549	57719	58454	59751	60574	61482	62777	65116	66884	68686	70728	72930	
55686	56549	57746	58457	59764	60576	61592	62857	65160	66930	68765	70868	73025	
55700	56755	57780	58461	59773	60609	61813	62857	65328	67013	68766	70897	73105	

A questão deve ser anulada, pois seu enunciado está incompleto. Deveria constar "transferência *ex officio* para a reserva remunerada" conforme previsto no *caput* do artigo 105 da Lei Estadual nº 6.218/1983. Ainda mais, a resposta correta é C, ou seja o limite de 60 anos se aplica ao cabo que ocupa graduação e não posto (artigo 16, §§ 1º e 2º c/c artigo 105 da Lei Estadual nº 6.218/1983).

Ante o exposto, resta **anulada** a questão com atribuição dos pontos a todos os candidatos.

Questão 24

Candidatos recorrentes:

52994,60644,60644,62885,69965,72323.

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que o mérito não é necessariamente feita por merecimento, se levar em consideração os outros princípios, e não há clareza e objetividade no enunciado.

Resposta: O enunciado da questão é absolutamente claro e requer a indicação do critério de promoção ali descrita, ou seja, qual é o critério de promoção "que se baseia no conjunto de atributos e qualidades que distinguem e realçam o valor do militar entre seus pares, avaliados no decurso da carreira e no desempenho de cargos, comissões e funções exercidas, em particular no posto ou graduação que ocupa, ao ser relacionado e indicado para a promoção".

A promoção por bravura "é aquela que resulta de ato ou atos não comuns de coragem e audácia, que ultrapassando aos limites normais do cumprimento do dever, representam feitos indispensáveis ou úteis ao serviço operacional pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanados, independerá da existência de vaga e poderá ocorrer *post mortem*." nos termos do 62, § 3º da Lei Estadual nº 6.218/1983.

Portanto, a resposta somente pode ser "por merecimento", conforme disposto no artigo 62, § 1º da Lei Estadual nº 6.218/1983.

Os critérios de promoção estão previstos no artigo 62 da Lei Estadual nº 6.218/1983, e a definição de cada um nos parágrafos do mesmo artigo. O único critério que se encaixa no enunciado da questão é o "por

merecimento".

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 24 MANTIDA

Questão 25

Candidatos recorrentes:

52433,53479,53966,55194,55934,55934,59607,59981,69533,71500,72323.

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam ter mais de uma alternativa correta entre outras inconsistências.

Resposta: O enunciado é claro ao limitar a abrangência da questão ao disposto no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – RDPM (Decreto Estadual nº 12.112/1980). Portanto, sob esse enfoque deve ser analisada a questão e repostas.

Ademais, infração disciplinar não é crime, de forma que o fato de estado de necessidade excluir a tipicidade no crime não exclui, necessariamente, a infração disciplinar que tem natureza administrativa.

A alternativa C descreve uma circunstância atenuante conforme prescreve o artigo 17 do Decreto Estadual nº 12.112/1980 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Santa Catarina), enquanto na questão se indagava qual opção configura causa de justificação. Portanto, a resposta somente pode ser alternativa B segundo o disposto no artigo 16 do mesmo Decreto.

Ambas as situações são descritas de forma expressa nos artigos 16 e 17 do decreto.

Ademais, o conceito jurídico de força maior não tem nenhuma relação com "evitar mal maior".

Veja-se que a simples prática da ação durante a execução do serviço não configura uma causa de justificação e nem poderia. O item 1 do artigo 16 explicita uma condição para tanto, qual seja, o cometimento da transgressão na prática de ação meritória.

Na questão, não há menção a esta condição tornando a alternativa absolutamente errada.

Primeiro cabe transcrever o enunciado da questão: "Segundo dispõe o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – RDPM (Decreto Estadual nº 12.112/1980), no julgamento de transgressões, se reconhecida alguma das causas de justificação, não haverá punição. Qual das alternativas abaixo indica uma causa de justificação?"

Como falar que não se especificou a legislação em que se baseia a questão. Está explícito.

Por outro lado, a alternativa C descreve uma circunstância atenuante conforme prescreve o artigo 17 do Decreto Estadual nº 12.112/1980 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Santa Catarina), enquanto na questão se indagava qual opção configura causa de justificação. Ambas as situações são descritas de forma expressa nos artigos 16 e 17 do decreto.

Ademais, o conceito jurídico de força maior não tem nenhuma relação com "evitar mal maior".

Portanto, a resposta somente pode ser alternativa B segundo o disposto no artigo 16 do mesmo Decreto.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 25 MANTIDA

Questão 26

Candidato recorrente:

56199

Alegações:

Candidato alega que a questão está em desacordo com o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – RDPM (Decreto Estadual nº 12.112/1980), sendo a letra D, errada, por trazer o conceito de advertência e não o de repreensão. Art. 23 e 24.

A resposta dada para a questão foi exatamente a alternativa D, restando prejudicado o recurso.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 26 MANTIDA

Questão 27**Candidatos recorrentes:**

52519,52567,52632,52709,53506,54209,55087,55870,56160,56688,56981,57137,60545,62026,64486,
70666.

Alegações:

Em síntese os candidatos apontam inconsistências na questão que haviam 3 respostas corretas, que a alternativa B está em desacordo, que a questão induz candidato ao erro.

Resposta: A questão indaga qual situação não estaria contemplada pela Constituição Federal.

Tanto nas alternativas C quanto D não se limitou o horário, ou seja, não se afirmou que somente durante o dia ou a à noite. Portanto está correto dizer que é possível penetrar na casa durante o dia em caso de desastre ou durante à noite para prestar socorro.

Penetrar na casa a qualquer hora, em caso de flagrante delito é uma das exceções permissivas do artigo 5º, inciso XI da Constituição Federal, que dispõe: art. 5º... XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo em caso de flagrante delito** ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

A alternativa B está em plena conformidade com o dispositivo, de forma que a única alternativa incorreta é a opção A.

Não se conhece do recurso diante da ausência de fundamentação. Ademais, a questão e a resposta estão em perfeita sintonia com o disposto no artigo 5º, inciso XI da Constituição Federal.

A questão indaga qual situação não estaria contemplada pela Constituição Federal.

Primeiro é necessário alertar que o tema está previsto no programa do edital, visto que tratado no artigo 5º, inciso XI da Constituição Federal, dentro do Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.

Por outro lado, tanto nas alternativas C quanto D não se limitou o horário, ou seja, não se afirmou que somente durante o dia ou a à noite. Portanto está correto dizer que é possível penetrar na casa durante o dia em caso de desastre ou durante à noite para prestar socorro.

Ademais, a interpretação da questão é parte integrante da resolução pelo candidato. A adequação da questão com a legislação não requer, necessariamente, a cópia fiel dos termos do dispositivo legal, bastando que seu conteúdo esteja em consonância com a norma.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 27 MANTIDA

Questão 28**Candidatos recorrentes:**

52994,68811.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a resposta da Letra D tem o mesmo fundamento da resposta da letra C.

Resposta: A alternativa D está errada por afirmar que se exige prévia licença da autoridade policial competente para exercício do direito de reunião. Isso é totalmente incompatível com o disposto no artigo 5º, inciso XVI da Constituição Federal.

Ademais a licença requer manifestação positiva da autoridade, ou seja, uma licença pode ser indeferida. Já o aviso é apenas uma comunicação, não comportando manifestação de mérito da autoridade.

A questão trata do direito de reunião que a teor do disposto no artigo 5º, inciso XVI da Constituição Federal independe de licença. Se alguém exige, o faz de forma ilegal/inconstitucional. Portanto, não há qualquer incorreção na questão.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 28 MANTIDA

Questão 29

Candidatos recorrentes:

63053,54537,55870,59998,60549,68130.

Alegações:

Em síntese alegam ter duas respostas possíveis, não menciona outras características.

Resposta: A questão indaga objetivamente sobre qual dos crimes ali relacionados incide a imprescritibilidade prevista constitucionalmente. De acordo com a Constituição Federal o racismo é imprescritível (art. 5º, XLII) enquanto para o terrorismo, a tortura e os crimes hediondos não há tal previsão.

O fato de não mencionar a outras características não torna a questão inválida.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 29 MANTIDA

Questão 30 – Anulada

Candidatos recorrentes:

52679	52485	53025	53724	55044	56401	57527	58454	59702	61630	63009	65490	68363	71568
52133	52496	53056	53747	55076	56606	57554	58521	59702	61675	63411	65981	68406	72044
52207	52532	53057	53912	55087	56629	57703	58599	59722	61681	63624	66377	68463	72170
52229	52729	53271	54012	55097	56755	57785	58635	60240	61718	64070	66875	68767	72466
52265	52780	53280	54117	55258	56820	57829	58702	60240	61743	64671	67068	70181	73025
52287	52859	53293	54209	55286	57043	57940	58944	60537	61852	64832	67221	70437	73106
52287	52873	53319	54580	55614	57287	58009	59003	60609	62026	64967	67388	70629	74857
52309	52893	53499	54600	55678	57382	58113	59215	60617	62427	64973	67788	70629	75032
52353	52932	53597	54784	55903	57383	58113	59312	60724	62473	65160	67791	70666	
52430	52942	53670	54839	56089	57406	58170	59553	60872	62596	65160	67813	70728	
52430	52942	53672	54906	56252	57449	58336	59608	61318	62626	65417	68039	71093	
52485	52987	53677	54920	56357	57517	58407	59634	61366	62731	65466	68039	71500	

A matéria é trata do artigo 14, § 8º da Constituição Federal.

Art. 14. [...]

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

O dispositivo está inserido no Capítulo IV (DOS DIREITOS POLÍTICOS) que integra o Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) da Constituição Federal.

O programa de disciplinas do edital, Anexo III, consignou: Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Dos direitos sociais; Da nacionalidade.

Portanto, o programa faz previsão dos três primeiros capítulos do título II da Constituição Federal, mas não do capítulo IV, de forma que o tema da questão não integrava o edital.

Ante o exposto, resta **anulada** a questão com atribuição dos pontos a todos os candidatos.

Questão 31

Candidatos recorrentes:

57840,60820,55817,60831,68811].

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que faltou clareza na formulação da pergunta, no enunciado as alternativas induzem o candidato a erro, a questão ultrapassa o limite de questões por disciplina.

Resposta: A questão requer a indicação da alternativa que contemple os requisitos de validade do processo administrativo conforme a Constituição do Estado de Santa Catarina. Não há qualquer obscuridade da questão, pois dentre o candidato deveria analisar as alternativas para dizer qual delas continha tais requisitos.

A alternativa A está incorreta porque indica um princípio inexistente, qual seja, **pessoalidade**. O princípio constitucional é a **impressoalidade**.

A alternativa C está incorreta porque a Constituição não traz limitação temporal de sessenta dias.

A alternativa D está incorreta porque a Constituição não traz limitação temporal de noventa dias.

A alternativa B está correta porque menciona os requisitos de validade de que trata o artigo 16, § 5º da Constituição Estadual.

A matéria objeto da questão é tratada no artigo 16, § 5º da Constituição do Estado de Santa Catarina e foi abordada na "disciplina de Noções de Direito Constitucional". O conteúdo programático do edital contempla a Constituição Estadual na disciplina de Noções de Direito Constitucional, no anexo III do edital..

A questão requer a indicação da alternativa que contemple requisitos de validade do processo administrativo conforme a Constituição do Estado de Santa Catarina. No enunciado não se afirmou que os requisitos elencados nas alternativas eram os únicos. Caberia analisar as alternativas para dizer qual delas continha requisitos previstos na norma.

Ademais, a interpretação da questão é parte integrante da prova. Da mesma forma, a questão de prova não deve, necessariamente, consistir em transcrição literal do texto normativo.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 31 MANTIDA

Questão 32

Candidatos recorrentes:

52215	52287	52632	52873	53058	53319	53655	53912	54173	54799	55194	55546	56252	57018
52104	52366	52632	52893	53195	53380	53663	53937	54277	54829	55258	55802	56316	57043
52207	52430	52672	52942	53219	53407	53672	53945	54282	54906	55286	55886	56401	57201
52229	52485	52709	52942	53231	53579	53680	54012	54338	55062	55324	55895	56526	57212
52235	52496	52737	52987	53280	53597	53706	54137	54383	55076	55347	55903	56526	57252
52235	52532	52780	53022	53287	53597	53724	54149	54592	55097	55394	56016	56578	57310
52250	52583	52811	53056	53293	53614	53747	54170	54651	55172	55510	56089	56629	57406

57418	58009	58457	59239	59764	60328	60672	61195	62596	64802	66403	68360	70666	72753
57517	58080	58635	59239	59862	60354	60708	61411	62626	64832	66686	68363	70728	72797
57527	58100	58658	59336	60066	60404	60822	61681	62731	64973	67068	68443	71093	73025
57554	58164	58702	59349	60130	60468	60858	61718	62996	65160	67472	68811	71331	73602
57703	58209	58862	59603	60130	60480	60926	61856	63391	65299	67472	69280	71568	73943
57780	58210	58944	59604	60130	60537	60987	61856	63624	65417	67788	69346	72131	74435
57822	58247	58958	59607	60130	60545	61012	61936	64323	65490	67791	69833	72496	74564
57840	58401	59003	59658	60242	60545	61062	62444	64456	66377	67972	70314	72538	75339
57891	58454	59047	59709	60242	60609	61145	62475	64671	66403	68155	70649	72678	75528

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam, que nenhuma das alternativas se mostra compatível com a nova redação, que a correta seria Letra D.

Resposta: A questão da prova não requer, necessariamente, a transcrição literal da norma para ser considerada correta. A interpretação da questão é parte integrante da prova, de forma que basta estar em consonância com a norma, ou seja, ter o mesmo sentido.

É o que se vê na questão 32. O enunciado pede para indicar a alternativa que está "de acordo" com o disposto na Constituição Estadual.

A alternativa A está "de acordo" porque em perfeita sintonia com o disposto no artigo 31, § 5º, pois se aceitar cargo público civil permanente o militar será transferido (diretamente/de imediato) para reserva.

A alternativa B está "em desacordo" porque a Constituição não prevê a transferência do militar grevista para a reserva. Da mesma forma, a alternativa C está "em desacordo" porque a Constituição não prevê a transferência do militar filiado a partido político para a reserva. A alternativa D está em desacordo porque o militar que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária ficará agregado ao respectivo quadro e, apenas se decorridos dois anos será transferido para a inatividade conforme previsão do artigo 31, §6º.

Em que pese o enunciado da questão indicar a Constituição do Estado de Santa Catarina com referencial, indubitavelmente a Constituição Federal é de observância obrigatória.

A transferência imediata para a reserva aplica-se aos militares, exceto para profissionais da área de saúde. A permissão de acumulação de cargo de profissional da saúde é, portanto, uma exceção.

Na questão não se afirmou que a regra aplica-se indistintamente a todo e qualquer militar de forma a excluir inclusive a exceção.

É certo, porém, que se o militar aceitar cargo, emprego ou função pública civil permanente será transferido para a reserva. Para que não seja, deverá comprovar que ocupa, nos dois vínculos, profissão regulamentada na área de saúde.

Portanto, a questão está de acordo com a Constituição Estadual e também com a Constituição Federal, pois a alternativa A da questão expressa a vedação que se constitui na regra geral.

Dizer que a alternativa está incorreta equivaleria a afirmar que o militar que assumir cargo, emprego ou função pública civil permanente não precisa ser transferido para a reserva. Isso sim é um erro.

A questão aborda matéria atinente a noções de direito constitucional, já que integra o conteúdo programático no tópico da Constituição do Estado de Santa Catarina. Ademais, foi cobrada na matéria acima mencionada.

A questão foi elaborada e a matéria é regulada no artigo 31 da Constituição do Estado de Santa Catarina, de forma que integra o conteúdo programático na disciplina noções de direito constitucional.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 32 MANTIDA

Questão 33

Candidatos recorrentes:

57840,55347,56199,60354,71417.

Alegações:

Em síntese os candidatos alegam que a alternativa dada como correta não está bem clara, gerando dúvidas

quanto sua validade.

A alternativa D está absolutamente correta porque em consonância com o artigo 124 da Constituição Federal. Como a questão solicitava a indicação da alternativa incorreta, a alternativa D não pode ser considerada resposta adequada.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Na questão 33 o enunciado solicita a indicação da alternativa **incorreta**.

Conforme sustentou o candidato a alternativa em desacordo com a Constituição Federal é a letra B, portanto é a resposta adequada para a questão.

A alternativa A está de acordo com o artigo 122 da Constituição Federal.

A alternativa C está de acordo com o artigo 95, parágrafo único, inciso III da Constituição Federal.

A alternativa D está absolutamente correta porque em consonância com o artigo 124 da Constituição Federal.

A letra B, por sua vez, está em desacordo com o artigo 123 da Constituição Federal. Portanto é a resposta adequada para a questão que solicitava a alternativa **incorreta**.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 33 MANTIDA

Questão 34

Candidatos recorrentes:

52464,52733,52994,53919,58444,60261,66884,72323.

Alegações:em síntese alegam inconsistência na elaboração da questão.

Resposta: Na questão 34 o enunciado solicita a indicação da alternativa **incorreta**. A matéria está prevista no artigo 144 da Constituição Federal, conforme segue:

A alternativa A está de acordo com o § 1º, inciso III.

A alternativa B está de acordo com o §5º, primeira parte.

A alternativa B está de acordo com o §5º, segunda parte.

A letra C, por sua vez, está em desacordo com o § 8º, vez que as guardas municipais são destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 34 MANTIDA

Questão 36

Candidatos recorrentes:

52433,52433,52793,52994,59626, 60242,60646,64995,65516,68537.

Alegações:

Em síntese, os candidatos alegam que a resposta da questão está errada, que ambas as respostas A e D estão corretas, e alteração de gabarito para D.

Resposta: A matéria é disciplinada no artigo 23, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), que dispõe:

Art. 23 - **Não há crime** quando o agente pratica o fato: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - **em legítima defesa**;(Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.(Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

A interpretação da questão é parte integrante da prova. Obviamente, qualquer questão de prova não requer, necessariamente, a transcrição literal do dispositivo legal para ser considerada correta. No caso, a questão e sua resposta guardam absoluta simetria com a previsão do artigo 23, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), que dispõe:

Art. 23 - **Não há crime** quando o agente pratica o fato: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - **em legítima defesa**; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Ao contrário do que afirma o candidato, a legítima de defesa é uma excludente de ilicitude e uma vez verificada exclui o crime.

A matéria é disciplinada no artigo 23, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), que dispõe:

Art. 23 - **Não há crime** quando o agente pratica o fato: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - **em legítima defesa**; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Aliás, toda a fundamentação doutrinária trazida confirma a regularidade da questão, e nem poderia ser diferente, pois a lei menciona expressamente que não há crime se o fato é praticado em legítima defesa.

A correção se dá por sistema leitura óptica e, obviamente, conforme a marcação feita pelo candidato na folha de respostas.

Quanto a questão em si, a matéria é disciplinada no artigo 23, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), que dispõe:

Art. 23 - **Não há crime** quando o agente pratica o fato: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - **em legítima defesa**; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

A resposta do gabarito é a alternativa D (não há crime quando o fato é praticado em legítima defesa), pelo que não se conhece do recurso.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 36 MANTIDA

QUESTÃO 37

Candidato Recorrentes:

52994

Alegações: O candidato comenta sobre o conteúdo da questão.

O recurso não deve ser conhecido porque o candidato tece comentários sobre a matéria sem fazer qualquer pedido. Se não há pedido, não há o que decidir. Ademais, a questão está em absoluta sintonia com as disposições do artigo 33 do Código Penal.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 37 MANTIDA

QUESTÃO 38**Candidatos Recorrentes:**

52433, 60316, 61152

Alegações: Em suma, os candidatos alegam que a questão está elaborada de forma errônea.

Resposta: As penas restritivas de direito estão previstas no artigo 43 do Código Penal:

Art. 43. As penas restritivas de direitos são: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

I – prestação pecuniária; (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

II – perda de bens e valores; (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

III – (VETADO)(Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

IV – prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984, renumerado com alteração pela Lei nº 9.714, de 25.11.1998)

V – interdição temporária de direitos; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984, renumerado com alteração pela Lei nº 9.714, de 25.11.1998)

VI – limitação de fim de semana. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984, renumerado com alteração pela Lei nº 9.714, de 25.11.1998)

A única opção da questão não prevista no dispositivo legal é detenção (alternativa C).

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 38 MANTIDA**QUESTÃO 39****Candidatos Recorrentes:**

52104, 53483, 53945, 54809, 54928, 55258, 55401, 55705, 55870, 57593, 57641, 58407, 59722, 59912, 60042, 60545, 60549, 60975, 60987, 61318, 62594, 64269, 64428, 65978, 68354, 68765, 68766, 68767, 69017, 69184, 69721, 70629, 70687, 71416, 71500, 71726, 72008, 72081.

Alegações: Em suma os andidatos alegam que a questão não possui nenhuma alternativa correta ou possuir mais de uma.

Resposta: O crime está previsto no artigo 123 do Código Penal: "Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após;"

O enunciado da questão indaga sobre o autor. De tal sorte, mesmo que admitida a co-autoria e a participação no crime de infanticídio, somente pode ser qualificado como **autor** a mãe da vítima.

Se não houver a autoria da mãe durante o estado puerperal, o crime não será de infanticídio, mas homicídio.

O infanticídio é crime de mão própria, em que o sujeito ativo é a mãe (DELMANTO, Celso e outros. Código Penal Comentado. - 6 ed. rev e ampl. - Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 266). Portanto, é correto dizer que autor no crime de infanticídio é, necessariamente, a mãe da vítima.

Evidentemente, pelos mesmos motivos é errado afirmar que o **autor** pode ser qualquer pessoa ou qualquer pessoa da família, ou ainda, o pai. Autor, somente pode ser a mãe, os demais serão co-autores ou partícipes, mas nunca autores porque a presença da mãe é indispensável..

Ademais, a criança deve ser recém nascida, visto que o crime se caracteriza se o fato for praticado durante o estado puerperal.

A questão indaga sobre a autoria do crime de infanticídio. Logo está implícito que todas as elementares estavam presentes.

60042 A fundamentação não possui nenhuma relação com a matéria da questão.

70629 A fundamentação não tem nenhuma relação com a questão.

Indefere-se o pedido mantendo-se a questão e o gabarito.

Decisão: QUESTÃO 39 MANTIDA

QUESTÃO 40**Candidatos Recorrentes:**

53752, 55191, 59981, 69411, 55307, 60545, 60545, 65160, 75394

Alegações: Em suma, os candidatos alegam que a questão está incompleta, dificultando na interpretação. Pode conter mais de uma alternativa a ser assinalada ou que ainda, o conteúdo não consta em Edital.

Resposta: A conduta descrita no enunciado tipifica o crime de difamação, pois retrata o disposto no artigo 139 do Código Penal:

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

O programa de disciplinas do edital (Anexo III) faz a seguinte previsão para noções de direito penal: Código Penal Brasileiro: Da aplicação da lei penal; Do crime; Da Imputabilidade Penal; Das penas; Dos crimes contra a pessoa; Dos crimes contra o patrimônio.

O crime de difamação está previsto no artigo 139 do Código Penal e integra o Capítulo V do Título I da Parte Especial do Código Penal. O título I trata "DOS CRIMES CONTRA A PESSOA", ou seja, o capítulo V faz parte do título I e, portanto, estava contemplado no programa.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 40 MANTIDA**QUESTÃO 41****Candidatos recorrentes:**

57840, 52154, 52433, 53479, 55780, 60549, 60703, 64428, 69721.

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que a questão foi mal elaborada e ficou incompleta, podendo ser a alternativa correta a letra 'C' e não a 'A' como consta no Gabarito.

Resposta: A interpretação da questão é parte integrante da prova. A questão de uma prova não precisa, necessariamente, ser transcrição literal do texto normativo, basta que tenha o mesmo sentido.

Ademais, se perquiriu sobre elementares do crime, qual seja, grave ameaça ou violência. obviamente, o candidato deveria indicar o crime que requer a presença de tais elementares para restar caracterizado. Dentre as opções da questão, somente a extorsão (alternativa A) é a resposta adequada.

A opção (C) trata do furto qualificado previsto no artigo 155, 4º do Código Penal. Jamais existirá furto quando empregados a grave ameaça ou violência a alguém.

Se houver violência ou grave ameaça caracteriza-se o crime de DANO QUALIFICADO, conforme previsão do Código Penal. no crime de DANO, não há tais elementares.

Não houve qualquer menção a roubo ou receptação na questão. Portanto, insubsistentes os argumentos. **INDEFERE-SE** o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 41 MANTIDA**QUESTÃO 42****Candidatos recorrentes:**

53058, 53058, 53805, 54776, 55286, 56355, 57623, 58429, 58830, 59607, 59658, 62875, 65299, 66099, 66271, 68824, 52129, 52496, 52567, 52849, 52994, 53155, 53677, 54253, 54253, 54338, 54829, 55401, 5550455614, 57593, 58059, 58188, 58210, 59515, 59801, 60545, 60549, 60646, 62596, 64428, 64967,

64972, 65473, 66129, 66749, 67154, 67966, 68256, 68618, 68766, 68767, 69194, 69965, 70157, 70254, 70666, 71500, 72044, 74319.

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que a questão está elaborada de forma errônea, deixando o enunciado incompleto e gerando confusão, ou que ainda, o conteúdo não está previsto em Edital.

- A interpretação integra a prova. O programa de disciplinas de "noções de direito penal comum" faz referência apenas ao Código Penal. Somente à luz dessa norma que o tema poderia ser e foi cobrado. Ademais, as disposições se aplicam apenas aos crimes contra o patrimônio.
- Não há obrigatoriedade e transcrição ou indicação de qualquer dispositivo legal. A interpretação integra a prova. no caso, foi citado o artigo 183 do Código Penal por se tratar de exceção à regra geral. A regra geral é a estabelecida no artigo 181.
- O enunciado da questão é absolutamente claro e requer a indicação da alternativa que corresponde a hipótese de aumento/diminuição/isenção de pena prevista no Código Penal para alguém que comete crime contra o patrimônio de ascendente e descendente, desde que não configure as exceções do artigo 183 do Código Penal.
- O fato de citar apenas os dois, ou mesmo se tivesse citado apenas um, não torna a questão incorreta. A questão não precisa conter a transcrição exata do dispositivo legal, bastando estar em consonância com a norma, vez que a interpretação integra a resolução.
- De acordo com o artigo 181, inciso II, do Código Penal, quando não presentes as hipóteses do artigo 183, o agente é isento de pena. Portanto, a resposta da questão é exatamente a alternativa B.

Não procede o pedido porque a questão não precisa, necessariamente, ser transcrição literal do dispositivo legal. A interpretação integra a resolução da prova e, no caso, nem mesmo o alegado erro de concordância existe.

O programa de disciplinas do edital (Anexo III) faz a seguinte previsão para noções de direito penal: Código Penal Brasileiro: Da aplicação da lei penal; Do crime; Da Imputabilidade Penal; Das penas; Dos crimes contra a pessoa; Dos crimes contra o patrimônio.

O tema da questão está previsto nos artigos 181 e 183 do Código Penal e integra o Capítulo VIII do Título II da Parte Especial do Código Penal. O título II trata "DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO", ou seja, o capítulo VIII faz parte do título II e, portanto, estava contemplado no programa.

70157 Não se conhece do recurso pois a fundamentação trata de matéria diversa da cobrada na questão 42.

68824 A fundamentação do recurso não tem nenhuma relação com a matéria objeto a questão 42, pelo que não se conhece do recurso.

INDEFERE-SE os pedidos mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 42 MANTIDA

QUESTÃO 43

Candidatos recorrentes:

59107, 64781, 66099, 69411, 53236, 53651, 55705, 55817, 55929, 58914, 60511, 62284, 62284, 66030, 69721, 71500.

Alegações: Em suma, os candidatos alegam que o conteúdo da questão não está previsto em Edital, e também que existe mais de uma alternativa a ser assinalada ou ainda, que não há alternativa correta.

Resposta: O programa de disciplinas do edital (Anexo III) faz a seguinte previsão para noções de direito penal:

Código de Processo Penal: Disposições preliminares; Da prova; Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.

O tema da questão está previsto nos artigos 158 a 184 do Código de Processo Penal e integra o Capítulo II do Título VII do Livro I do Código de Processo Penal. O título VII trata "DA PROVA", ou seja, o capítulo II faz

parte do título VII e, portanto, estava contemplado no programa.

Conforme dispõe o artigo 158 do Código de Processo Penal o exame de corpo de delito somente será indispensável **quando a infração deixar vestígios**. Portanto, não é em qualquer caso conforme consignado na alternativa A.

A alternativa B está correta porque em conformidade com a parte final do artigo 158 do Código de Processo Penal.

A alternativa C da questão afirma que o corpo de delito não pode ser indireto. O artigo 158 do Código de Processo Penal afirma que pode ser indireto.

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, **direto ou indireto**, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Na alternativa D afirma-se que o exame de corpo de delito é dispensável quando a infração deixar apenas vestígios. A afirmação está em total descompasso com o artigo 158 do Código de Processo Penal.

Art. 158. **Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito**, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Portanto, a alternativa C está absolutamente incorreta.

53236 - A questão 43 trata do exame de corpo de delito enquanto a fundamentação do recurso trata de matéria completamente diversa, pelo que não se conhece do recurso.

64781- Não se conhece do recurso vez que a fundamentação do candidato não tem nenhuma relação com a matéria tratada na questão 43.

INDEFERE-SE os pedidos mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 43 MANTIDA

QUESTÃO 44

Candidatos Recorrentes:

52186, 73413, 52433, 60549.

Alegações: Em suma, os candidatos alegam que o conteúdo não está previsto no Edital, que há mais de uma alternativa correta e que a alternativa que consta em Gabarito 'D' está incorreta.

A alternativa A está incorreta porque em descompasso com o artigo 202 do Código de Processo Penal; a alternativa B é incorreta porque contraria o disposto no artigo 204; e a alternativa C é incorreta, pois o parágrafo único do artigo 204 permite breve consulta a apontamentos.

A única alternativa correta é D, pois plenamente de acordo com o disposto no artigo 2013.

A interpretação da questão é parte integrante da prova. A questão de prova prescinde da transcrição literal do dispositivo legal para ser considerada correta e/ou válida. Portanto, a utilização de um termo ou expressão diferente do que está posto na norma não invalida a questão quando se mantém o mesmo sentido e/ou significado. É o caso.

O programa de disciplinas do edital (Anexo III) faz a seguinte previsão para noções de direito penal: Código de Processo Penal: Disposições preliminares; Da prova; Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.

O tema da questão está previsto nos artigos 202 a 225 do Código de Processo Penal e integra o Capítulo VII do Título VII do Livro I do Código de Processo Penal. O título VII trata "DA PROVA", ou seja, o capítulo VII faz parte do título VII e, portanto, estava contemplado no programa.

INDEFERE-SE os pedidos mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 44 MANTIDA

QUESTÃO 45**Candidatos Recorrentes:**

52186	55076	58830	66788	52372	53271	54402	56089	58407	59909	61681	65282	69532	72496
52632	55286	59607	68155	52433	53280	54796	56160	58457	60004	61695	65818	69556	72678
52668	55292	59658	68155	52459	53407	54809	56333	58471	60130	61727	65978	69588	72703
52709	55292	61318	68768	52568	53438	54849	56938	58599	60261	62284	66030	69606	72784
52793	55813	61433	68824	52695	53461	55177	56948	58658	60402	62284	66091	69664	72833
53287	55903	61813	69346	52893	53579	55258	57287	58727	60545	62473	66866	69912	72844
53338	56505	61813	69668	52896	53612	55266	57362	58944	60609	62626	66875	69965	72980
53512	56688	62290	74087	52942	53616	55269	57644	59288	60620	62873	66975	70244	73025
53860	56981	62594	74941	52971	53747	55395	57719	59349	60703	62894	67400	70509	74665
54117	56982	63462	52104	52994	53789	55395	57759	59415	60708	62996	67791	71178	74915
54197	57014	63712	52194	53022	53937	55504	57822	59722	60708	64195	68105	71435	75032
54469	57406	64949	52278	53044	54012	55849	58080	59730	60721	64296	68130	71506	75201
54592	58521	65015	52306	53044	54170	55895	58100	59824	60987	64482	68484	71568	54404
54799	58695	65102	52309	53157	54205	55929	58188	59869	61411	64514	68716	72081	56757
54966	58830	66341	52329	53255	54262	55929	58210	59881	61608	65282	68765	72170	

Alegações: Em síntese os candidatos afirmam que a questão possui mais de uma alternativa correta e que o conteúdo apresentado não está previsto em Edital.

Resposta: A questão pede para indicar, dentre as hipóteses elencadas nas alternativas, a situação que NÃO é motivo para a busca pessoal, segundo o Código de Processo Penal. Esta situação está descrita na alternativa C, pois prender criminosos é motivo para busca domiciliar e não pessoal (art. 240, § 1º, alínea a do Código de Processo Penal). A alínea a do § 1º não está contemplada no § 2º.

Colher qualquer elemento de convicção (alternativa A) é motivo para busca pessoal de acordo com o artigo 240, § 1º, alínea h combinado com o § 2º do mesmo artigo do Código de Processo Penal.

Descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu (alternativa B) é motivo para busca pessoal de acordo com o artigo 240, § 1º, alínea e combinado com o § 2º do mesmo artigo do Código de Processo Penal.

Apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos (alternativa D) é motivo para busca pessoal de acordo com o artigo 240, § 1º, alínea b combinado com o § 2º do mesmo artigo do Código de Processo Penal.

O artigo 244 se refere à busca efetuada **na** pessoa no caso de prisão enquanto a busca **para** prender criminosos é realizado em locais. É humanamente impossível buscar uma pessoa em outra.

O programa de disciplinas do edital (Anexo III) faz a seguinte previsão para noções de direito penal:

Código de Processo Penal: Disposições preliminares; Da prova; Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.

O tema da questão está previsto no artigo 240 do Código de Processo Penal e integra o Capítulo XI do Título VII do Livro I do Código de Processo Penal. O título VII trata "DA PROVA", ou seja, o capítulo XI faz parte do título VII e, portanto, estava contemplado no programa.

Indefere-se os pedidos mantendo-se a questão e o gabarito

Decisão: QUESTÃO 45 MANTIDA

QUESTÃO 46**Candidatos Recorrentes:**

52581, 61630, 63195, 57530, 60549.

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que o conteúdo não está previsto em Edital, e que havia a possibilidade de duas alternativas corretas, sendo a 'A' e a 'C'.

Respostas: O necessariamente implica em obrigatoriamente. Este é o sentido do contexto da questão. A alternativa A está incorreta porque a busca em mulher pode ser realizada por homem, pois o artigo 249 do Código de Processo Penal condiciona que a busca seja realizada por outra mulher quando não importar em retardamento ou prejuízo da diligência, ou seja, se a espera dessa outra mulher trouxer prejuízo um home pode fazê-la.

Assim, está incorreto afirmar que necessariamente será feita por outra mulher.

O programa de disciplinas do edital (Anexo III) faz a seguinte previsão para noções de direito penal: Código de Processo Penal: Disposições preliminares; Da prova; Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.

O tema da questão está previsto nos artigos 240 a 250 do Código de Processo Penal e integra o Capítulo XI do Título VII do Livro I do Código de Processo Penal. O título VII trata "DA PROVA", ou seja, o capítulo XI faz parte do título VII e, portanto, estava contemplado no programa.

INDEFERE-SE os pedidos mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 46 MANTIDA

QUESTÃO 47

Candidatos Recorrentes:

56688, 59981, 71169, 53438, 56780, 58188, 64860, 69721.

Alegações: Em síntese os candidatos alegam que a questão apresenta duas alternativas a serem assinaladas, que estaria incompleta ou mal formulada e que não está prevista no conteúdo do Edital.

Resposta: O programa de disciplinas do edital (Anexo III) faz a seguinte previsão para noções de direito penal:

Código de Processo Penal: Disposições preliminares; Da prova; Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.

O tema da questão está previsto nos artigos 240 a 250 do Código de Processo Penal e integra o Capítulo XI do Título VII do Livro I do Código de Processo Penal. O título VII trata "DA PROVA", ou seja, o capítulo XI faz parte do título VII e, portanto, estava contemplado no programa.

Não se afirmou na questão que não é possível realizar busca por fundada suspeita.

A alternativa considerada correta para a questão foi alternativa D e não C, como parece crer o candidato. Pelo exposto, não se conhece do recurso.

As situações estão postas nas alternativa da questão. O candidato deveria analisá-las sob a luz do ordenamento jurídico aplicável.

O artigo 245 do Código de Processo Penal determina que "Art. 245. **As buscas domiciliares** serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, **antes de penetrarem na casa**, os executores mostrarão e **lerão o mandado ao morador**, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta."

O artigo 246, por sua vez, dispõe: "Art. 246. **Aplicar-se-á também o disposto no artigo anterior**, quando se tiver de proceder a busca **em compartimento habitado ou em aposento ocupado de habitação coletiva** ou **em compartimento não aberto ao público, onde alguém exercer profissão ou atividade.**" Portanto, nas hipóteses das alternativas A e B é necessário o mandado.

A alternativa C, ao afirmar ser possível a busca domiciliar durante o dia independentemente de mandado constitui afronta à inviolabilidade de domicílio, pois somente mediante determinação judicial (mandado)

poder-se -á adentrar em domicílios, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro. Evidentemente a questão de prova não precisa, necessariamente, consistir na transcrição literal de dispositivo legal para ser considerada correta e/ou válida. basta que a afirmação esteja em consonância com a norma.

É o caso, pois o artigo 244 do CPP respalda o contido na alternativa D da questão 47.

A alternativa D está correta por retratar o contido na parte inicial do artigo 244 do Código de Processo Penal: Art. 244. **A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão** ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

INDEFERE-SE os pedidos mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 47 MANTIDA

QUESTÃO 48

Candidatos Recorrentes:

63254, 56526.

Alegações: Em síntese os candidatos alegam inconsistências na questão e que o conteúdo da questão não estava previsto no Edital.

Resposta: O tema é tratado no artigo 250 do Código de Processo Penal.

O programa de disciplinas do edital (Anexo III) faz a seguinte previsão para noções de direito penal:

Código de Processo Penal: Disposições preliminares; Da prova; Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.

O tema da questão está previsto no artigo 250 do Código de Processo Penal e integra o Capítulo XI do Título VII do Livro I do Código de Processo Penal. O título VII trata "DA PROVA", ou seja, o capítulo XI faz parte do título VII e, portanto, estava contemplado no programa.

INDEFERE-SE o pedido mantendo-se o gabarito e a questão.

Decisão: QUESTÃO 48 MANTIDA

QUESTÃO 50 - ANULADA

Candidatos Recorrentes:

52366	53779	56241	60858	66271	52096	52501	53240	53663	54492	55582	56252	57822	58958
52588	53805	56316	61062	66344	52103	52516	53257	53672	54651	55591	56333	57875	58980
52632	53960	56432	61145	66788	52119	52554	53271	53677	54690	55591	56333	57880	59033
52665	54197	56454	61195	67472	52121	52568	53280	53680	54796	55752	56333	58009	59054
52729	54416	57093	61592	67616	52133	52582	53293	53724	55062	55849	56401	58100	59215
52780	54514	57180	61852	68244	52250	52772	53295	53747	55090	55870	56526	58109	59288
52843	54592	57201	61856	68406	52264	52784	53393	53856	55104	55886	56606	58188	59349
52854	54592	57840	62427	68406	52278	52831	53398	53859	55154	55895	56629	58238	59415
52987	54754	58170	62567	68985	52283	52859	53407	53912	55157	55929	56755	58247	59465
53058	54799	58425	62669	69389	52287	52893	53461	53917	55177	55933	56948	58378	59604
53189	54928	58802	62875	69411	52305	52942	53483	53937	55289	55946	57025	58433	59722
53214	55076	59047	63274	70728	52306	53012	53506	53945	55307	56001	57287	58443	59730
53287	55172	59658	63391	71013	52309	53022	53544	53966	55324	56016	57382	58447	59751
53338	55191	59818	63900	71093	52341	53025	53579	54012	55347	56165	57554	58461	59833
53574	55194	59837	64995	71331	52353	53114	53582	54060	55394	56199	57641	58599	59869
53593	55292	60066	64995	73943	52357	53153	53604	54102	55401	56210	57703	58702	60130
53597	55292	60094	65981	74087	52464	53173	53612	54327	55504	56219	57740	58914	60130
53752	55903	60223	66093	74941	52485	53195	53644	54402	55504	56252	57740	58944	60130

60240	60708	61411	62430	62967	64456	65417	66091	67071	68363	69556	70509	72678	74319
60431	60721	61541	62473	62996	64532	65423	66224	67788	68443	69588	70666	72797	74346
60545	60790	61608	62596	63411	64832	65466	66335	67966	68484	69589	71178	72844	74435
60545	60831	61695	62733	63675	64860	65473	66520	68039	68763	69939	71695	73025	74611
60609	60872	61983	62733	64195	64946	65547	66520	68172	68767	70143	71980	73106	
60633	61012	62073	62777	64269	64967	65575	66975	68358	68846	70469	72008	73602	
60653	61366	62284	62778	64323	65160	65978	67068	68360	69533	70509	72496	74210	

O Ministério Público não é considerado assistente no Processo Penal. É certo que os dispositivos do Código de Processo Penal (artigos 268 a 273) não trazem tal previsão, de forma que o tema está fora do conteúdo previsto no edital.

Ademais, houve erro de digitação vez que era para constar "o Servidor Público" e não o Ministério público.

Ante o exposto, resta **anulada** a questão com atribuição dos pontos a todos os candidatos.